

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**O PAPEL DA AVICULTURA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E NA
REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE CHAPECÓ
E QUILOMBO NO OESTE CATARINENSE**

ELVIO IZAIAS DA SILVA

Florianópolis, junho de 2009

ELVIO IZAIAS DA SILVA

**O PAPEL DA AVICULTURA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E NA
REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE CHAPECÓ
E QUILOMBO NO OESTE CATARINENSE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação
em Agroecossistemas, Centro de Ciências
Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Claire Cerdan

Co-orientador: Dr. Luiz Carlos Mior

FLORIANÓPOLIS

2009

ii

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Elvio Izaias da

O papel da avicultura na construção do território e na reprodução social da agricultura familiar: o caso de Chapecó e Quilombo no Oeste catarinense/Elvio Izaias da Silva – Florianópolis, 2009.

113 f. Il., grafs., tabs.

Orientadora: Claire Cerdan

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias

Bibliografia: f. 107 – 110

1. Agroindústrias – Teses. 2. Agricultura familiar – Teses. 3. Avicultura – Teses. 4. Território – Teses. 5. Juventude rural – Teses. 6. Oeste catarinense – Teses. I. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

ELVIO IZAIAS DA SILVA

O PAPEL DA AVICULTURA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E NA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: o caso de Chapecó e Quilombo no Oeste catarinense

Dissertação aprovada em 30/06/2009 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre No Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof^a Dra. Claire Cerdan
Orientadora

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella
Presidente (UFSC/CCA)

Dr. Luiz Carlos Mior
Co-Orientador (EPAGRI)

Prof. Dr. Sérgio Leite G. Pinheiro
Membro (EPAGRI)

Prof. Dr. Clarilton Ribas
Membro (UFSC/CCA)

Prof. Dr. Alfredo Celso Fantini
Coordenador do PGA

Florianópolis, 30 de junho de 2009

Provinciano

João de Almeida Neto
Composição: Mário Barros / Mário Eleú Silva

Longe da cidade grande
Alheio ao mundo agitado
Vive bem aquerenciado
O gaúcho provinciano
Seja campeiro ou urbano
É sempre um conservador
Seu verso guarda o sabor
Das coisas do cotidiano.

Estende a mão, cumprimenta,
Também retira o chapéu
Sabe quando muda o tempo
Bombeando as nuvens no céu
Lá pras bandas da fronteira
Se parece um João Barreiro
Zeloso, cuida do pago
Com cisma de peão caseiro.

As razões de cantar triste
Vêm de muito tempo atrás
Rude devoção que existe
Pelo campo e pela paz.
Que misteriosa tendência
Sina, feitiço ou desejo,
Faz clamar seu lugarejo
No entardecer da existência

Provinciano, pêlo duro, te juro
Sei do teu amor sem fim
Por esta querência amada
E pela vida sossegada
Porque eu também sou assim.

Estendo a mão, cumprimento!
Estendo a mão, cumprimento!

AGRADECIMENTOS

À energia, fundamental para a manifestação da vida;

Aos meus pais, pelo apoio nas horas difíceis, e aos irmãos Izac e Maninha;

À Dra. Claire Cerdan, por ter sido muito mais que orientadora, me ajudando inclusive financeiramente nas horas que mais precisei;

Ao Dr. Luiz Carlos Mior, meu co-orientador e que contribuiu muito com esse trabalho; grande companheiro de viagens;

À equipe do Projeto AviTer, brasileiros e franceses, pela boa convivência e pela troca de informações;

Ao INRA pela ajuda financeira através da bolsa de estágio da Instituição, que ajudou na pesquisa de campo;

À todos os meus amigos, de Três Passos, Santa Maria, Florianópolis, Chapecó e outros tantos espalhados pelo mundo. A vida com amigos é muito melhor.

Ao Marcelo Sacra, Gabi Veppo e Dieguinho, pelas conversas na noite de Florianópolis, regadas a vinho e churrasco;

Aos professores do PGA e à Janete, pela competência no exercício de suas funções;

Aos colegas de curso, especialmente para a Gabi Schirmann, que tantas vezes me auxiliou, ao Gabriel, à Cris, à Simone, à Fernanda, ao Equador e ao Alisson Zarnot, pelas boas discussões e ótimas festas na cozinha;

À Flávia Durgante, grande companheira, que me ajudou na hora de escrever a dissertação.

Sem a sua ajuda eu teria desistido do mestrado;

Aos agricultores entrevistados que me receberam de portas abertas em suas casas e me passaram muitas informações;

Aos gestores públicos e privados que contribuíram com informações valiosas para a pesquisa.

RESUMO

A região Oeste de Santa Catarina é emblemática no que tange as dinâmicas do mundo rural, por sua pujança na produção agroindustrial, num processo histórico de desenvolvimento baseado na produção agropecuária familiar. A construção do território foi o resultado de um processo de interação entre essa categoria social e as agroindústrias. Nesse sentido, a cadeia produtiva da avicultura assumiu grande importância na sustentabilidade do território, por seu peso na economia e nas dinâmicas territoriais. O grande capital social acumulado ao longo do tempo foi decisivo para o sucesso das agroindústrias. Num período recente, alguns estudos têm apontado para uma situação de crise entre os agricultores familiares de um modo geral, atingindo a população do Oeste catarinense através da dificuldade de reprodução social da população rural, com processos de esvaziamento e masculinização dos espaços rurais e crescentes pressões ambientais. O presente trabalho procurou verificar a situação específica dos avicultores integrados às médias e grandes agroindústrias nesse contexto de crise da agricultura familiar. A pesquisa é parte integrante do Projeto AVITER – Filières Avícolas na França e no Brasil: impactos no desenvolvimento sustentável das bacias de produção e dos territórios – surge de uma parceria entre instituições francesas e brasileiras com o objetivo de analisar a relação que a avicultura tem com os territórios, e qual o papel que exerce quando se discute o desenvolvimento territorial sustentável. Foram realizadas 57 entrevistas a avicultores e lideranças ligadas ao setor em comunidades rurais de Chapecó e Quilombo, no Oeste de Santa Catarina, buscando verificar o papel que a avicultura exerce na construção do território e no processo de reprodução social dos avicultores. Os resultados apontaram para alguns elementos de crise que afetam de forma diferenciada os avicultores da região. Entre esses elementos ganharam destaque a questão da necessidade constante de inovação tecnológica, exigindo para isso grandes investimentos; a questão ambiental, que aos poucos começa a tornar-se um fator limitante para as atividades agroindustriais, principalmente no que se refere ao destino dos dejetos e ao uso irracional da água; e a falta de mão de obra para trabalhar nos aviários, principalmente pela dificuldade de encontrar um sucessor profissional dentro da própria família. Esse último elemento da crise é tratado como um dos principais limitantes a continuidade da atividade na região, e os dados apontam para um processo de transformação na agricultura familiar que vai além das questões econômicas. A partir da análise das entrevistas, considerando os elementos de crise apontados, pôde-se fazer uma categorização dos avicultores estudados, dividindo-os nos grupos homogêneos Ex-avicultores, Avicultores familiares tradicionais, Avicultores familiares profissionais e os Avicultores empresariais, apontando para uma tendência de profissionalização e especialização na atividade, e fornecendo subsídios para um tratamento diferenciado em relação a políticas específicas para cada categoria. As conclusões apontam para um processo de “desconstrução” do território, à medida que o capital social, intangível e intransferível, começa a se desfazer pelos processos de transformação. Aponta também para a necessidade de superação dos elementos de crise, responsáveis pelos conflitos entre avicultores e agroindústrias, e a necessidade de uma melhor utilização dos recursos potenciais que o território possui, a fim de promover um desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: agroindústrias, agricultura familiar, avicultura, território, juventude rural, Oeste catarinense

ABSTRACT

The western region of Santa Catarina state is symbolic in terms of the rural world dynamics because of its strength at the agro-industries production into a historical development process based on family agriculture production. The territory construction was the result of an interaction process between this social category and the agro-industries. In this sense, the poultry production chain got a great importance into the territorial sustainability, because of its substance in the economy and the territorial dynamics. The large social capital accumulated over time was crucial to the success of the agro-industries. Recently, some studies have pointed to a crisis among family farmers in general, touching the people of the Santa Catarina West region through the difficulty of the rural population for its social reproduction, with processes of masculinization and emptying of the rural areas and the increasingly environmental pressures. The present study aimed to determine the specific situation of the poultry farmers integrated to medium and large agro-industries in this context of family farming crisis. The research is part of the AVITER Project – Poultry chain in France and Brazil: impacts at the sustainable development of production basins and of the territories – which is a partnership between Brazilian and French institutions in order to examine the relationship that the poultry has with the territories, and which is the role that the poultry implement when discussing sustainable territorial development. 57 interviews were conducted with poultry farmers and related industry leaders in rural communities from Chapecó and Quilombo in the west of Santa Catarina, seeking to verify the role that the poultry applies into the territorial construction and into the farmers' social reproduction process. The results pointed to some crisis elements that affect, in a different manner, the poultry farmers of the region. Between these factors, the question about the need for technological innovation got prominence, requiring for that large investments; the environmental question, which just starts to become a limiting factor for agro-industrial activities, especially in relation to the waste destination and the irrational water use; and lack of labor to work in poultry, especially because of the difficulty to find a professional successor within the own family. This last element of the crisis is treated as a major limiting factor to the activity continuity in the region, and the data point to a transformation process into the family agriculture that goes beyond economic issues. From the analysis of interviews, considering the crisis elements mentioned, it was possible to make a categorization of the poultry farmers studied, dividing them in the homogeneous groups: Ex-poultry farmers, traditional family poultry farmers, professional poultry family farmers and business poultry farmers, pointing to a trend of professionalism and expertise in the activity and providing subsidies for a differentiated treatment in relation to specific policies for each category. The conclusions point to a "deconstruction" process of the territory as the social capital, intangible and non-transferable, begins to undo itself through the transformation processes. It also points to the overcome need for the crisis elements, responsible for the conflicts between poultry farmers and agro-industries, and the need for a better use of the potential resources that the territory has to promote a sustainable territorial development.

Key words: agro-industries, family agriculture, poultry, territory, rural youth, Oeste catarinense

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos pólos avícolas no Oeste de Santa Catarina.....	16
Figura 2 – Localização dos municípios de Quilombo e Chapecó no estado de Santa Catarina.....	19
Figura 3 – Evolução setorial, espacial e temporal da Sadia.....	36
Figura 4 – Evolução e destinação da produção brasileira de carne de frango.....	40
Figura 5 – Localização do bairro EFAPI – Chapecó, SC.....	49
Figura 6 – Vista parcial do bairro EFAPI – Chapecó, SC.....	49
Figura 7 – Notícia: “Avicultor fecha rodovia e pede mais incentivo. Produtor diz que investiu nas granjas e depois foi abandonado”.....	69
Figura 8 – Pressão sobre os recursos hídricos no estado de Santa Catarina.....	72
Figura 9 – Abastecimento de água prejudicado em épocas de eventos climáticos adversos..	73
Figura 10 – Notícia de jornal sobre a estiagem no Oeste Catarinense.....	73
Figura 11 – Avicultor desmanchando seu aviário após desistir da atividade.....	93
Figura 12 – Foto de um aviário com mais de 20 anos.....	96
Figura 13 – Foto de uma propriedade rural geriada como uma empresa avícola.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número total de avicultores e aviários pesquisados nos municípios de Chapecó e Quilombo,SC.....	56
Gráfico 2 – Número de gerações na avicultura das famílias pesquisadas.....	58
Gráfico 3 – Situação da mão de obra nas propriedades estudadas.....	60
Gráfico 4 – Assimilação das mudanças exigidas pelas empresas.....	62
Gráfico 5 – Estrutura fundiária dos avicultores pesquisados.....	68
Gráfico 6 – Fornecimento de água para os aviários.....	71
Gráfico 7 – Existência de sucessor na família.....	83
Gráfico 8 – Faixa etária dos funcionários da Aurora Quilombo.....	89
Gráfico 9 – Local de residência dos trabalhadores da Aurora Quilombo.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento da população de Chapecó.....	21
Tabela 2 – População de Quilombo no período de 1970 – 1991.....	24
Tabela 3 – Número total de avicultores e aviários pesquisados.....	53
Tabela 4 – Número de avicultores e aviários pesquisados em Chapecó.....	53
Tabela 5 – Número de avicultores e aviários pesquisados em Quilombo.....	54
Tabela 6 – Concentração de aviários em Santa Catarina.....	54
Tabela 7 – Frequência de aviários na mesorregião Oeste catarinense.....	55
Tabela 8 – Número de aviários e capacidade de alojamento de aves em Chapecó.....	56
Tabela 9 – Número de avicultores e aviários no município de Quilombo.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Objetivos	17
Objetivo Geral	17
Objetivos Específicos	17
Os limites do estudo.....	18
O município de Chapecó.....	20
O município de Quilombo.....	23
Aspectos metodológicos	26
Capítulo 1 – Trajetórias de desenvolvimento e construção do território no Oeste catarinense	30
1.1 – Da noção de território a abordagem do desenvolvimento territorial.....	31
1.2 – O processo histórico de formação socioeconômica do oeste catarinense.....	33
1.3 – Desenvolvimento da avicultura no Oeste catarinense: uma conjunção de políticas públicas em um contexto favorável baseado na agricultura familiar	41
1.4 - As modificações no espaço regional	46
Capítulo 2 - A situação atual dos avicultores no oeste catarinense: uma análise a partir de uma amostra de avicultores de Chapecó e Quilombo	53
2.1 – Descrição da realidade observada.....	53
2.2 – Nível de concentração da produção.....	55
2.3 – Tempo na atividade	58
2.4 – Mão de obra familiar X Mão de obra contratada.....	60
2.5 – Nível de tecnologia e a necessária adaptação	62
Capítulo 3 – Os elementos da crise e as mudanças do território	66
3.1 - A necessidade de inovação tecnológica constante.....	67
3.2 – A estrutura fundiária e a dificuldade de organização política representativa.....	68
3.3 - A questão ambiental	71
3.4 – Dificuldades na reprodução da mão-de-obra familiar.....	75
Capítulo 4 - Juventude e território – a reprodução social da agricultura familiar e a formação de uma nova geração de avicultores	80
4.1 – Os jovens rurais	80
4.2 – Uma situação alarmante no Oeste catarinense	83
4.3 – Os principais fatores que influenciam as tomadas de decisões dos jovens: entre ficar e sair!.....	84
4.4 – Os jovens e a avicultura	87

Capítulo 5 – O processo de diferenciação interna dos avicultores e as categorias emergentes.....	93
5.1 – Os ex-avicultores	94
5.2 – Os avicultores familiares tradicionais.....	96
5.3 – O avicultores familiares profissionais.....	98
5.4 – Os avicultores empresariais.....	100
6 – Considerações finais e conclusões	102
7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

Os períodos cíclicos de ascensão e crise da economia de um modo geral condicionam o desenvolvimento objetivo de determinada categoria social ou sua situação de crise. Na crise aumentam as especulações sobre a necessidade de emergência de formas sustentáveis de desenvolvimento, capazes de proporcionar melhores condições para se viver a uma parcela maior da população. Nesse sentido, um dos caminhos apontados tem sido o de fortalecimento das dinâmicas territoriais promotoras de desenvolvimento. Tem merecido especial atenção algumas regiões brasileiras vistas como mais desenvolvidas, por seus arranjos produtivos locais e forte protagonismo da agricultura familiar nos espaços rurais, detentores de grande capital social. O Oeste de Santa Catarina pode ser considerado uma dessas regiões.

O estudo ora apresentado intenta contribuir na discussão sobre a situação atual e os possíveis caminhos, ou estratégias produtivas e organizacionais, que por ventura possam vir a seguir as famílias de agricultores integrados às agroindústrias no sistema de produção avícola no Oeste do Estado de Santa Catarina. A análise baseou-se num estudo realizado com uma parcela dessas famílias em comunidades rurais dos municípios de Quilombo e Chapecó, ambos situados na região oeste do Estado e integradas às médias e grandes agroindústrias beneficiadoras das matérias primas por elas produzidas.

Parte-se da apreensão de uma realidade, que não é dada e sim construída sistematicamente a partir das estruturas cognitivas do observador, pautando que essa realidade está situada em um determinado contexto e num estágio determinado de desenvolvimento do conjunto da sociedade, buscando compreender os arranjos organizacionais dessa parcela específica do mundo rural, os avicultores integrados, e assim questionar sua situação em um ambiente de crise e transformação da agricultura familiar de forma global. Isso significa, em

pormenores, que se tenta, a partir dessa análise parcial, reconstruir a trajetória de integração avícola na região, o que de certa forma justifica a realidade apreendida, ou seja, o que se entende como a situação atual desses agentes, e a partir disso questionar as possibilidades de sua própria reprodução social enquanto avicultores e, muitas vezes, a possibilidade de sua reprodução enquanto agricultores familiares.

A crise de reprodução da agricultura familiar em seu conjunto tem sido tema central das discussões sobre essa categoria social, onde a evasão dos jovens é tida como o principal sintoma, principalmente as moças, causando o envelhecimento e a masculinização da população rural. De forma hegemônica, as questões de insucesso econômico são tidas como as responsáveis por esse processo, embora existam outras razões, de natureza mais subjetiva, relevantes em se tratando de juventude. No bojo dessa crise pode-se questionar a homogeneidade de suas conseqüências, pressupondo que determinadas categorias de agricultores familiares são afetados em maior ou menor grau. No escopo dessa pesquisa, interessa saber a situação específica daqueles agricultores familiares criadores de aves no sistema de integração com as agroindústrias, denominados aqui de avicultores.

Sem desconsiderar a grande heterogeneidade social e estrutural, e a grande diferenciação entre os avicultores, pode-se inferir que a situação atual desses agentes é o resultado da inter-relação de uma série de fatores, tanto locais como globais, com destaque para o processo de ocupação do espaço no oeste catarinense, com suas características muito particulares, e o desenvolvimento dos complexos agroindustriais ao longo do tempo. A construção do território no oeste catarinense, bem como o desenvolvimento do setor agroindustrial, especialmente a avicultura, serão discutidos no capítulo 1 dessa dissertação.

Em se tratando do desenvolvimento dos complexos agroindustriais, particularmente com a cadeia produtiva da avicultura, e suas relações no território, são inúmeros os impactos tanto em um como em outro, principalmente quando forças externas atuam de forma

expressiva, dinamizando as transformações. Nessa relação, entre complexo avícola e território, ambos são entes ativos e ao mesmo tempo passivos das mudanças que ocorrem. Considerando a significativa expansão do setor avícola nos últimos anos, com aumento considerável da participação brasileira nas exportações de carne de aves, têm-se um conjunto de impactos que ainda não foram suficientemente estudados, a fim de fornecer suficientes elementos para a compreensão das transformações em seu conjunto¹. É nesse sentido que é elaborado em 2007 o projeto *AviTer - Filières*² Avícolas na França e no Brasil: impactos no desenvolvimento sustentável das bacias de produção e dos territórios, que busca fazer um estudo comparativo entre os dois países no contexto dessas transformações. O estudo que aqui se apresenta é parte integrante desse projeto, tratando especificamente dos aspectos socioeconômicos entre os avicultores do Oeste catarinense.

Basear-se na região Oeste catarinense com seu conjunto de avicultores (Figura 1) seria tarefa de grande complexidade, estando além das possibilidades deste trabalho, e por isso optou-se por um recorte espacial que considerou como representativas do todo algumas comunidades rurais nos municípios de Quilombo e Chapecó. A seguir são apresentados alguns dados que referenciam metodologicamente a condução desse estudo.

¹ As transformações são consideráveis quando se trata de modelos de integração. Um quadro ilustrativo das principais características dessas mudanças é apresentado no Anexo C, construído a partir de Fernandes Filho (2004)

² Não existe uma tradução literal desse termo do francês para o português, sendo cadeia produtiva um equivalente.

FIGURA 1: Localização dos pólos avícolas no oeste do estado de Santa Catarina



Fonte : Carfantan, 2008 p. 105

Objetivos

Objetivo Geral

- Analisar como a relação mantida com as agroindústrias, através da atividade da avicultura, influencia na dinâmica de reprodução dos agricultores familiares no Oeste Catarinense.

Objetivos Específicos

- Caracterizar e analisar as relações entre agricultura familiar e a agroindústrias no oeste catarinense, particularmente no caso da avicultura;
- Analisar como a atividade avícola tem influenciado no desenvolvimento regional e na dinâmica de reprodução da agricultura familiar;
- Identificar, junto com os principais atores da cadeia e dos territórios, os principais fatores da crise sócio-ambiental;

- Identificar grupos homogêneos de avicultores, a partir de uma análise que considere os elementos de crise observados.

Os limites do estudo

Por que estudar o Oeste catarinense? Seus atores sociais e a relação destes com as atividades das grandes redes agroindustriais já foi tema amplamente discutido por vários pesquisadores das ciências sociais rurais e de outras áreas de conhecimento. O que de novo estaria acontecendo no Oeste que poderia ser discutido num trabalho de mestrado? Desde os primeiros contatos com a literatura acadêmica especializada, pode-se perceber o dinamismo econômico e a riqueza histórica e cultural dessa região (MIOR, 2003; ALBA, 2002b; RENK, 2006; STROPASOLAS, 2006).

Tradicionalmente denomina-se de região Oeste o território delimitado ao sul pelo Estado do Rio Grande do Sul, ao norte pelo Estado do Paraná, a oeste (província de Misiones - Argentina) e ao leste pela região do Planalto de Santa Catarina (MIOR, 2003). Alguns dos maiores complexos agroindustriais brasileiros do setor de carnes tiveram início nessa região, tendo sempre como principais fornecedores de matéria-prima os agricultores familiares.

Conforme foi dito anteriormente, os desafios que se colocam consistem em compreender as relações entre os atores sociais numa região fortemente marcado pela presença da avicultura, particularmente no que diz respeito as dinâmicas de reprodução social daqueles envolvidos diretamente com a atividade a montante das agroindústrias.

O Projeto AVITER foi concebido a partir de uma parceria Franco-brasileira para o estudo da sustentabilidade da avicultura nos territórios. O Projeto AVITER – Filières Avícolas na França e no Brasil: impactos no desenvolvimento sustentável das bacias de produção e dos

territórios – surge de uma parceria entre instituições³ francesas e brasileiras com o objetivo de analisar a relação que a avicultura tem com os territórios e qual o papel que exerce quando se discute o desenvolvimento territorial sustentável.

Do estudo comparativo de diferentes bacias de produção avícola em diferentes territórios (Oeste de Santa Catarina e Rio Verde-GO no Brasil e dois territórios franceses), o Projeto AVITER pretende desenvolver indicadores de sustentabilidade e, a partir deles, construir cenários para a avicultura mundial. Para a realização desse estudo foram divididas as responsabilidades entre as diversas instituições participantes na forma de workpackages. Para o caso de Santa Catarina uma equipe composta por representantes da EPAGRI e da UFSC participaram na realização dos estudos previstos no workpackage 3 (WP3), buscando identificar e qualificar os critérios que caracterizam, de maneira multidimensional, a sustentabilidade das bacias de produção avícola. Esse estudo vem completar as análises econômicas de competitividade da cadeia produtiva do frango no Brasil, realizada em 2007 em duas bacias de produção brasileiras: o Oeste catarinense e o centro-oeste do país (CARFANTAN, 2007, SALAUD, 2007).

Para as questões socioeconômicas previstas no WP3, especificamente no Oeste catarinense, e que é o objeto central do trabalho aqui apresentado, foram selecionadas algumas comunidades rurais dos municípios de Chapecó e Quilombo (Figura 2) tidos como representativos da diversidade regional. A escolha desses municípios se deu por motivos relevantes. Chapecó foi o berço da avicultura catarinense e atualmente é o município mais populoso da região, com uma parcela muito pequena da população vivendo nas comunidades rurais. Isso não significa que sua área rural seja de pouca importância, pelo contrário, existe um dinamismo muito forte no setor agropecuário, e é nesse município que estão aqueles

3 INRA (Institut National de Recherche Agronomique), Cirad (Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement), Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Fesurv (Universidade de Rio Verde – GO) e Embrapa CNPSA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves)

avicultores que remontam ao início do processo de integração com as agroindústrias. Para fins didáticos (veremos isso posteriormente) classificamos esse público como tradicionais. Já o município de Quilombo tem características quase opostas. Com uma população pequena, predominantemente rural, teve um impulso econômico muito forte com a instalação na última década do século XX de um importante frigorífico de aves em seu espaço geográfico. Vejamos de forma mais detalhada cada um dos casos.

FIGURA 02: Localização dos municípios de Quilombo e Chapecó no estado de Santa Catarina



Fonte: IBGE, 2000

O município de Chapecó

Para a caracterização do município de Chapecó foi de grande importância a leitura da obra de Rosa Alba, especialmente, *Espaço Urbano*, publicado em 2002. A autora reuniu em

seu trabalho uma síntese de grande parte da literatura científica produzida sobre a região, facilitando o entendimento do objeto estudado e mostrando caminhos a serem trilhados. O entendimento da situação atual do município exigia a reconstrução da sua trajetória histórica, que remonta há quase um século.

Embora habitado por índios e caboclos posseiros/ocupantes de terras desde o século XIX, é somente em 1916 que o território de Chapecó passa a ser oficialmente um município do Estado catarinense. Antes, o espaço foi alvo de disputas entre Santa Catarina e Paraná. Em 25 de agosto de 1917, encerraram-se as disputas com a criação do município de Chapecó, com uma área de aproximadamente 14.000km², sendo hoje a maior parte das terras pertencentes ao atual Oeste de Santa Catarina (ALBA 2002), dividido agora em diversos pequenos municípios.

O impulso inicial para o desenvolvimento da região Oeste foi dado pela presença das empresas colonizadoras, especialmente a Empresa Ernesto F. Bertaso, a qual construiu estradas e vendeu milhares de propriedades aos migrantes vindos de diversos lugares, principalmente, das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul.

Fato também de grande importância para toda a região foi a presença da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande do Sul que passava na região do rio do Peixe, construída a partir de 1908. Mesmo estando localizada numa posição geográfica distinta, tem elementos históricos importantes para explicar as características da área estudada. Os antigos moradores da região, por não possuírem títulos de propriedade, foram expulsos pela empresa responsável pela colonização (Southern Brazil Lumber and Colonization Company), e pela empresa responsável pela construção da estrada de ferro (Brazil Railway Company). Uma extensão de 15km de terra de cada lado da estrada foi cedida à empresa como forma de pagamento pelos trabalhos de construção da via (idem p.19). Os atritos com os moradores da região foram uma das causas da Guerra do Contestado⁴.

⁴ A Guerra do Contestado foi um conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder

Desde o início, Chapecó contou com um grande dinamismo econômico, com destaque para a exploração florestal, com o corte de madeiras de lei e extração da erva-mate. Esse dinamismo econômico aliado à política de colonização fez com que sua população crescesse com o passar do tempo, tornando-se a maior cidade do Oeste catarinense com uma população estimada de 171.789 habitantes, sendo atualmente considerada um pólo regional e um centro econômico e político da região. Na tabela abaixo pode ser verificada a dinâmica populacional de Chapecó.

Tabela nº 01: Crescimento da população de Chapecó

Ano	Total	Pop.Urbana	%	Pop. Rural	%
1940	44.327	4.128	9.31	40.199	90.69
1950	96.604	9.736	10.08	86.868	89.92
1960	52.089*	10.939	21.00	41.150	79.00
1970	50.117	20.591	41.08	29.526	58.92
1980	83.864	55.286	65.92	28.578	34.08
1991	123.050	96.751	78.62	26.299	21.38
1998	135.884	119.578	88.00	16.306	12.00
2008 **	171789	159.764	93.00	12.025	7.00

Fonte: ALBA 2002; IBGE 2008

(*) A partir dos anos 50 e 60 ocorreram os primeiros desmembramentos do território de Chapecó diminuindo consideravelmente a sua população.

(**) Estimativas populacionais do IBGE para 2008.

A partir dos anos 50, a economia começa a se diversificar. Começam a ganhar destaque as atividades ligadas ao processamento de produtos animais, especialmente de

estadual e federal brasileiro travado entre outubro de 1912 a agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira disputada pelos estados brasileiros do Paraná e de Santa Catarina. Originada nos problemas sociais, decorrentes principalmente da falta de regularização da posse de terras, e da insatisfação da população numa região em que a presença do poder público era pequena, o embate foi agravado ainda pelo fanatismo religioso, expresso pelo messianismo e pela crença, por parte dos caboclos revoltados, de que se tratava de uma guerra santa (AURAS, 2001).

suínos. Um marco para a época foi o surgimento da Indústria e Comércio Chapecó – SAIC – instalada em 1952, que marcava a implantação da indústria moderna e a “semente” da agroindústria do município (ALBA, 2002 p.25).

As agroindústrias em Chapecó podem ser consideradas o carro chefe do desenvolvimento econômico do município e de boa parte da região. Elas formaram um sistema hegemônico regional de produção determinando a estrutura urbana e, principalmente, rural com o objetivo de garantir seu funcionamento e atender a demanda por elas criada. (ALBA, 2002b, p.317)

No que tange a avicultura, a instalação da Sadia Avícola no ano de 1973 foi um marco não só para Chapecó, mas para toda a região. Utilizando o sistema de parceria desenvolvido na atividade da suinocultura deu-se início a uma forte relação entre a empresa e os agricultores familiares do município na produção de matérias-primas para a agroindústria. Para resgatar a experiência dos primeiros integrados que foram selecionamos as localidades de Alto da Serra, Linha Pedro e Paulo e Colônia Cella para a realização das entrevistas nesse município.

O município de Quilombo

Situado a aproximadamente 600 quilômetros da capital do estado catarinense, Quilombo apresenta características muito semelhantes a da maioria dos pequenos municípios da região. Com uma área de 283,2 Km², situado a uma altitude de 425 metros acima do nível do mar, apresenta um relevo bastante acidentado e características climáticas classificadas como temperado-quentes. A estrutura fundiária é baseada em pequenas propriedades agrícolas, sustentadas pelo trabalho familiar.

Quilombo inicialmente era um distrito de Chapecó. A ocupação de seu espaço territorial se deu por volta da década de 1930 com colonos gaúchos provenientes da região de

Erechim no Rio Grande do Sul, principalmente, italianos e alemães. Conforme foi visto anteriormente, é somente na década de 60 que consegue sua emancipação de Chapecó, em 06 de outubro de 1961.

A origem do nome Quilombo deveu-se à forma de organização que uma comunidade de caboclos (denominada Mandassaia) tinha na época. Em 1957, quando a região ainda pertencia ao município de Chapecó, um grupo de caboclos, sob a liderança de um fanático religioso, acreditava que o mundo iria acabar e que somente os habitantes daquele local sobreviveriam. Quando o governo estadual enviou um destacamento policial para o local, estes fizeram um comparativo com as organizações históricas dos escravos no Brasil, originando então o nome de Quilombo (BITTENCOURT et al, 1996).

O mesmo autor cita que, devido ao isolamento inicial em relação à vila ou ao município sede, os colonos tinham na madeira os recursos iniciais para as benfeitorias e buscavam a sua manutenção familiar na diversificação, através da integração entre a agricultura e os animais (aves, suínos e gado misto) e na indústria doméstica de transformação.

A exploração da madeira, a boa fertilidade natural dos solos e as habilidades destes colonos com a produção de grãos, integrada a criação de animais, transformaram o Oeste de Santa Catarina num dos principais centros agroindustriais de todo o país, embora a maioria dos agricultores acabasse ficando marginalizado dos frutos deste processo (BITTENCOURT et al, 1996).

Atualmente, a base econômica do município encontra-se no setor primário tendo na suinocultura e na avicultura suas atividades mais expressivas. É um município eminentemente rural que teve aumentada a sua importância regional com a instalação de uma unidade agroindustrial de abate de aves ligada a Cooperativa Central Oeste Catarinense – Aurora, no ano de 1997. Apesar de trazer grande dinamismo econômico, não houve acréscimo

populacional significativo nos últimos anos no município, conforme ilustra a Tabela 02 a seguir. Segundo Luz (2002), a agroindústria Aurora de Quilombo, além de gerar emprego no município absorve mão-de-obra dos municípios vizinhos, sendo eles: Marema, Irati, Jardinópolis, Formosa do Sul, Santiago do Sul e União do Oeste. Além disso, muitos funcionários continuam vivendo em suas pequenas propriedades rurais, resultando num cenário diferenciado no horizonte dos jovens rurais, conforme veremos adiante.

Tabela nº 02: População de Quilombo – SC no período de 1970 – 1991

Quilombo	Ano							
	1970		1980		1991		2008	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
População Urbana	1.304	8.2	3.016	14.47	3.765	28.0	nd	nd
População Rural	14.610	91.8	18.352	85.53	9.685	72.0	nd	nd
Total	15.914	100.0	21.458	100.0	19.362	100.0	11.220*	100.0

Fonte: Adaptado de BITTENCOURT et al, 1996; IBGE, 2008

nd – estatística não disponível ou não encontrada

* No ano de 1992 ocorreram as emancipações de Irati e Formosa do Sul, motivo pelo qual a população total de Quilombo diminuiu.

Procurando preservar as características representativas do município, foram selecionadas em Quilombo as localidades de Linha Pára Pedro e Linha Vista Alegre para a realização do estudo, por apresentarem grande número de avicultores sendo muitos deles tradicionais na atividade.

Aspectos metodológicos

As principais questões que orientaram esse trabalho ao as seguintes: Quem são os avicultores do oeste catarinense, e quais as suas características? Existe uma situação de crise entre os agricultores familiares integrados às agroindústrias na atividade avícola? Quem são os novos avicultores? Ou ainda, como será formada a nova geração de avicultores? Quais os caminhos que tomará a estrutura social que mantém a produção avícola na região? Considerando tais questões, levou-se a cabo uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando-se uma abordagem que procurou apreender as dinâmicas na atividade avícola, particularmente no que se refere à condição dos avicultores e as perspectivas de sua reprodução social.

Entre as ferramentas metodológicas utilizadas para a realização do estudo destacam-se a observação, que a partir das estruturas cognitivas do observador buscaram a construção de uma determinada realidade, e entrevistas semi-estruturadas com diversos atores sociais que, de alguma forma, estão envolvidos com a atividade avícola. Mesmo sem uma preocupação maior com a quantificação de resultados, a partir das entrevistas semi-estruturadas e das anotações em caderneta de campo foi possível quantificar alguns aspectos interessantes referentes aos participantes da pesquisa. O roteiro para as entrevistas encontra-se ao final deste texto (Anexo A). Optou-se pelas entrevistas porque, além de fornecerem subsídios para a reconstrução da trajetória dos diferentes atores sociais no território, proporcionam também elementos importantes para a construção de cenários futuros.

Os municípios foram selecionados obedecendo ao seguinte critério: Chapecó por ser o maior município da região, sendo chamado de “Capital do Oeste”, tradicional na atividade avícola, e Quilombo, por ser um município essencialmente rural, pequeno, e porque na última década instalou-se no local uma unidade agroindustrial de aves. Em Chapecó foram selecionadas as localidades de Alto da Serra, Linha Pedro e Paulo e Colônia Cella, e em Quilombo as localidades de Linha Pára Pedro e Linha Vista Alegre. A escolha dessas

comunidades foi feita após a realização de entrevistas com técnicos e lideranças locais, a partir dos critérios de presença marcante da avicultura e a importância histórica e econômica da atividade avícola para a comunidade. Nesse período foram realizadas entrevistas abertas com os secretários de agricultura, técnicos da Epagri e Cidasc⁵, técnicos das agroindústrias, lideranças sindicais e pessoas idosas com profundo conhecimento da região e da atividade.

O período para realização da observação e o número de entrevistas não foram estabelecidos previamente. Paulilo (1990), quando estudou as relações entre os agricultores integrados e as agroindústrias no sul de Santa Catarina, mostrou que é preciso ter um grande rigor quando das entrevistas, procurando evitar as “idealizações” da realidade propostas pelos entrevistados, buscando nos limites do discurso as contradições que escapam. Para delimitar a suficiência dos dados e encerrar a etapa empírica, foi utilizado o critério de saturação, quando se considerou que as informações se tornaram reincidentes e deram mostras de exaustão. Foram realizadas ao todo 57 entrevistas, entre entrevistas abertas e semi-estruturadas, nas localidades acima citadas. Desses, 44 eram avicultores e os demais eram lideranças ligadas ao setor avícola, sendo alguns destes ex-avicultores.

A coleta de dados secundários e revisão bibliográfica permearam todo o período de realização do estudo auxiliando na compreensão da própria natureza do objeto estudado. A grande quantidade de informações relacionadas ao tema foi, ao mesmo tempo, um fator positivo, pela existência de um conjunto de obras densas e relevantes geradas por bons pesquisadores, e um complicador, pelo demasiado esforço dispensado para apreender o conteúdo de todas as obras, muitas vezes discordantes entre si. Algumas vezes, as abordagens conduziam a temas mais complexos e distantes do objetivo do presente trabalho. Assim, procurou-se aqui apresentar, de forma bastante resumida, uma pequena parte da produção intelectual sobre o Oeste catarinense e a avicultura, cometendo, certamente, muitas omissões.

⁵ Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

Um dos limites desse trabalho resulta da impossibilidade de caracterizar e discutir aqui todas as instituições que encontram a força motriz de seu desenvolvimento no capital social regional, sem poder descrever detalhadamente o papel exercido por cada uma delas, apenas referenciando algumas que exercem um papel importante na relação entre os atores sociais regionais, sabendo que nesse exercício descritivo, inúmeras omissões serão cometidas.

Além disso, outra limitação importante diz respeito à elaboração de uma linha de pensamento sobre o processo de reprodução social dos avicultores sem que fosse possível obter elementos mais concretos referentes àqueles que optaram por não seguir a atividade dos pais, ou seja, os jovens, filhos dos avicultores. O pouco contato com esses jovens não permitiu compreender suficientemente os horizontes de suas escolhas, haja vista que a grande maioria das entrevistas foi realizada com os pais sem a presença dos filhos. Isso se deu porque no momento das visitas às propriedades rurais os mais jovens estavam ausentes, por estarem estudando, trabalhando, ou por não residirem mais com os pais.

O exercício de apresentar-se como pesquisador às famílias de avicultores exigiu um esforço grande para superar o fato de ser estranho às suas relações. Isso causou, em alguns casos, certo distanciamento e desconfiança por parte dos entrevistados. Essa limitação, apesar das tentativas de contorná-la, realizando duas a três visitas a mesma família, causou certa assimetria na quantidade de informações levantadas em cada entrevista. Isso não desqualifica a tentativa, pois muitas vezes a negação da informação já é uma informação importante. Em contrapartida, o acolhimento de algumas famílias surpreendeu positivamente, chegando a desenvolver laços de amizade em certos casos.

Finalmente, para fins didáticos essa dissertação está organizada em diferentes partes. Além desta introdução, que contém a apresentação do trabalho e seus aspectos metodológicos, no primeiro capítulo é feita uma reconstrução da trajetória da agricultura familiar no oeste catarinense. Remontando à ocupação do espaço buscou-se entender as dinâmicas

organizacionais, sociais e produtivas que contribuíram para a formação socioeconômica da região. São apresentadas também algumas características do desenvolvimento da cadeia produtiva da avicultura no oeste catarinense. Percebe-se assim que a atividade avícola é o resultado do amadurecimento das relações entre a agricultura familiar e o capital agroindustrial.

O segundo capítulo reúne uma série de dados e análise dos mesmos sobre os avicultores que participaram desse estudo, os quais se considerou representativos do conjunto dos avicultores da região. São apresentados dados referentes à tradição na atividade, ocupação de mão de obra e mudanças tecnológicas.

No terceiro capítulo são apresentados aqueles que foram considerados os principais elementos de uma crise na relação entre avicultores e agroindústria no oeste catarinense.

O quarto capítulo procura discutir brevemente a questão da crise de reprodução da agricultura familiar e os seus reflexos resultantes nas dificuldades de formação de uma nova geração de avicultores. Discute aspectos relacionados a juventude rural e sua relação com a atividade avícola.

No quinto capítulo são discutidos alguns dos diferentes caminhos que seguiram os avicultores, partindo da análise dos dados da pesquisa de campo para uma generalização que abarcasse todos os avicultores da região. A partir das informações das entrevistas buscou-se classificar os avicultores em categorias homogêneas, apontando para um processo de diferenciação interna que se processou no processo de desenvolvimento regional.

Ao final são tecidas algumas considerações sobre o processo aqui chamado de desconstrução do território, apontando os principais fatores responsáveis por essas transformações. São apresentadas também reflexões sobre o tema de pesquisa, bem como sobre o alcance dos objetivos propostos.

Capítulo 1 – Trajetórias de desenvolvimento e construção do território no Oeste catarinense

O processo de construção do território teve influência decisiva das dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva agroindustrial, particularmente das atividades relacionadas a avicultura. Ao longo das últimas décadas, o Oeste catarinense teve sua organização política e social ditada pelo ritmo das mudanças que ocorriam nas agroindústrias, com implicações significativas para os diferentes atores sociais que compõem e constroem o território.

Parte-se de uma abordagem introdutória, buscando entender o que é território e suas particularidades. Sabe-se que existe uma diferença entre um “território-dado”, cuja delimitação é político-administrativa, e um “território construído”, baseado no processo histórico de relacionamento convergente dos atores num determinado espaço geográfico, resultado de uma criação coletiva e institucional. Os ativos de um determinado território são específicos, não podendo ser transferidos para outros espaços. Carrière et al (2006) destaca que um território dado pode abrigar vários territórios construídos.

A relação conflituosa dos homens com o espaço ao longo do tempo proporcionou o desenvolvimento de características muito particulares da população oestina, um capital social que foi impulsionador do desenvolvimento humano, social e econômico da região, fundamental para a construção do território.

Nos municípios estudados o desenvolvimento das agroindústrias teve influência significativa na formação socioeconômica local, mesmo que em épocas e condições diferenciadas. Essa relação do território com as agroindústrias nos dois municípios ilustra características de formação histórica comuns a, praticamente, todos os demais municípios do Oeste catarinense.

O presente capítulo busca discutir o processo de construção territorial na região Oeste catarinense, o papel dos atores sociais nesse processo e as particularidades da relação entre avicultura e território.

1.1 – Da noção de território a abordagem do desenvolvimento territorial

O conceito de território emergiu inicialmente na literatura das ciências naturais, relacionando o domínio de espécies animais ou vegetais numa determinada área. Passou a ser mais largamente utilizado pela geografia, quando começou a haver a elaboração de conceitos relacionando o espaço, os recursos naturais, a sociedade e as relações de dominação (FLORES, 2007).

Primeiramente, é interessante que se destaque o significado dado ao termo território nos limites deste trabalho. Partilha-se da visão de Flores (2006), para quem o território corresponde a uma ação social que se apropria de um espaço, tanto de forma concreta como abstrata. Ou seja, a apropriação material e simbólica. Incorpora a dimensão física (o patrimônio natural associado às transformações provocadas pelos atores sociais), a dimensão simbólica (as relações sociais e culturais entre os atores) e a dimensão sócio-política (relações de poder). Esses componentes da dimensão territorial proporcionam a diferenciação entre territórios, dando-lhe suas especificidades, o que implica em trajetórias ou processos particulares de desenvolvimento (FLORES, 2006). O território é construído quando é o resultado do encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procuram identificar e resolver problemas comuns (CARRIÈRE et al, 2006).

Partindo desses pressupostos é que, conforme destaca Stropasolas (2006), as pesquisas recentes na área das ciências humanas no espaço rural indicam que as relações de sociabilidade, interconhecimento, confiança e cooperação, geradas pelos grupos sociais,

podem se constituir num fator essencial para o sucesso das iniciativas e experiências de desenvolvimento. Dessa forma, caberia aos agentes do desenvolvimento resgatar e valorizar o capital social presente em determinadas sociedades.

A discussão sobre desenvolvimento territorial ganha destaque com a observação, por uma parcela significativa da comunidade científica, da crise socioambiental, o que levou a questionamentos sobre as estratégias dominantes de desenvolvimento e, a partir disso, o surgimento de novas proposições científicas. O crescimento econômico e o progresso tecnológico, típicos da sociedade moderna, encontram oposição conseqüente de grupos preocupados com os desafios impostos pela globalização (FLORES, 2007).

Buscando uma síntese do conceito de desenvolvimento territorial, é relevante a afirmação de Cazella (2006), segundo o qual num “território dado” tem-se, com maior ou menor grau de intensidade e eficiência, a intervenção de instituições e profissionais externos com o propósito de empreender operações de desenvolvimento em torno de problemas comuns ligados a grupos de atores locais. Para tanto, parcerias ou processos participativos são estabelecidos, buscando valorizar “recursos territoriais”. Quando esse processo de valorização ocorre a partir de recursos territoriais específicos, emerge uma dinâmica de diferenciação territorial. Dessas ações resulta um certo número de “territórios construídos” (CAZELLA, 2006, p. 231).

Tal processo não pode ser desencadeado sem a existência de um capital social acumulado. Para Putnam (2000), capital social compreende características da organização social, confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O capital social quando presente em uma sociedade, fortalece a tomada de decisões e a execução de ações colaborativas que beneficiam toda comunidade.

Assim mesmo, alguns elementos complicadores do entendimento de uma determinada

realidade social devem ser considerados. Cazella (2006) ressalta que as diversidades sociais e políticas que estão na origem do pensamento sobre o desenvolvimento territorial sustentável contribuem para explicar as exclusões, as contradições e os conflitos que lhe são inerentes, embora o núcleo duro dessa concepção consista em valorizar os aspectos positivos da vida local – tais como a sinergia, a solidariedade e a cooperação entre os atores sociais (CAZELLA, 2006, p. 234).

Veiga (2002) apud Flores (2007) adverte sobre o fato de que o desenvolvimento territorial não ocorre em qualquer região. Exige o cumprimento de certos pré-requisitos ligados à “própria formação socioeconômica de cada território, mas podendo ser possível em diversas regiões do país” (VEIGA, Id., p. 3). Considera, por exemplo, que a presença da agricultura familiar como base da economia, quando se analisa o espaço rural, não é em si mesma uma condição suficiente. Tornam-se necessárias outras condições favoráveis, sobretudo nos setores de infra-estrutura e comunicações, além de um ambiente favorável ao empreendedorismo (FLORES, 2007, p.79).

Veremos a seguir como as complexas relações entre os atores sociais da região Oeste catarinense contribuíram na conformação dos territórios.

1.2 – O processo histórico de formação socioeconômica do oeste catarinense

Para o entendimento de como se deu o processo de construção dos territórios no Oeste catarinense é necessário primeiramente que se faça um resgate histórico. Para os limites desse trabalho, a reconstrução da trajetória humana de ocupação desse espaço está baseada nos estudos históricos de pesquisadores da região (BAVARESCO, 2005; RENK, 2006)

Até o início do séc. XX, a região Oeste de Santa Catarina era praticamente desabitada. No local, apenas índios e caboclos dividiam uma área ainda não consolidada como integrante

do Estado brasileiro. A política de colonização serviu para garantir as fronteiras de um espaço em disputa, pretendido tanto pela nação vizinha Argentina quanto pelos estados vizinhos. Para integrar o oeste catarinense ao desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina foram necessárias algumas medidas que promovessem a colonização daquela área (BAVARESCO 2005).

Os habitantes nativos não tinham o mesmo sentido de propriedade característico do Estado moderno e, por isso, não possuíam documentos que lhes garantissem os direitos sobre as terras que ocupavam. Esse fato facilitou a sua “expulsão” das terras e o advento da política de ocupação pelos colonos migrantes de outras regiões.

Impossibilitado de promover o desenvolvimento da região, o governo deixou-o ao encargo das empresas colonizadoras. Iniciou a concessão de terras a estas empresas, tendo a frente pessoas de prestígio junto ao governo. As empresas recebiam porções de terra e, em troca, deveriam proporcionar a ocupação definitiva da área e construir estradas para o transporte e deslocamento dos colonos. (BAVARESCO 2005)

Além disso, a empresa colonizadora tinha como função a “limpeza” da área, ou seja, retirar das terras os habitantes nativos que desde essa época ocupam espaços marginais no território. De 1912 a 1916 deu-se um grande conflito que ficou conhecido como Guerra do Contestado, numa disputa entre os moradores locais (brasileiros) e as empresas colonizadoras que objetivavam ocupar o espaço com colonos *italianos* (AURAS, 2001).

Os colonos, em sua grande maioria, eram oriundos das colônias *italianas* do Rio Grande do Sul, onde o espaço para a instalação das novas gerações era limitado, obrigando-as a buscar novas fronteiras agrícolas. A divisão da propriedade entre os herdeiros chocava-se com os limites da mesma. (BAVARESCO, 2005). Um fato histórico que merece destaque foi que a escolha dos imigrantes italianos para a colonização do Brasil teria recaído nos setentrionais, sob a justificativa de estarem sob a influência da cultura de orientação

germânica e com maior possibilidade de êxito na colonização. A estereotipia já teria raiz na Europa, onde os lombardos eram considerados resistentes às intempéries e à fadiga, razão por que foram os preferidos na Áustria para a construção de estradas e, também, recrutados nos Regimentos de Napoleão durante a Guerra da Espanha (Renk, 2006). O fim da fronteira agrícola nas colônias gaúchas obrigou seus filhos e netos a buscarem outros espaços.

A consideração desses fatores foi importante para a formação de uma sociedade colonial baseada em diversos princípios “nobres”, em especial, a ética do trabalho. Não é interesse desse trabalho, realizar uma análise unicamente culturalista da ocupação do espaço regional, mas é interessante que se esclareça que existe a identificação dos colonos como “italianos” em oposição aos “brasileiros”. Renk (2006) destaca que

“internamente os italianos, em relação aos habitantes de outros países, identificam-se como brasileiros, com virtudes e defeitos “inatos”; mas, localmente, em relação ao luso-brasileiro, qualificam-se como italianos, avaliando etnocentricamente aquele que, por sua vez, é transformado literalmente em outro” (RENK, 2006, p. 76).

A autora assinala ainda que, tanto nas colônias velhas (do Rio Grande do Sul) como nas novas (de Santa Catarina), transparecem indícios de uma divisão ética do trabalho. Ao italiano cabia ser colono e, de preferência, colono forte; aos outros restavam outras atividades.

No princípio, as famílias oriundas do estado vizinho se instalaram nas proximidades do Rio Uruguai, pois a falta de estradas e a geografia acidentada da região oeste catarinense dificultavam a exploração da área. As estradas acabaram sendo construídas pelos próprios colonos como forma de pagamento da terra. As vicissitudes étnicas dos “italianos” privilegiavam os padrões comportamentais que exaltavam o trabalho, a poupança e os padrões éticos (idem). Apegados a esses valores como pilares de construção da própria existência, começaram a desenhar a rede de relações que daria origem ao território.

A difícil situação de infra-estrutura e o tamanho do lote colonial, que não ultrapassava 24 ha, propiciou às comunidades desenvolverem uma produção voltada principalmente, mas

não exclusivamente, para a subsistência. Em seguida à derrubada da mata, comercializando a madeira que tivesse maior valor, os colonos abriam as roças objetivando o cultivo agrícola. O comércio da madeira e o excedente produzido nas colônias, como fumo, banha, feijão, entre outros, constituía-se numa fonte de renda fundamental nos primeiros anos. (BAVARESCO, 2005)

É importante destacar que desde o início da colonização existia a necessidade de gerar excedentes comercializáveis para fazer o pagamento das terras adquiridas. Dessa forma, a produção sempre esteve voltada para o mercado.

Assim, é possível afirmar que a gênese do processo de ocupação e utilização do espaço no Oeste de Santa Catarina tem como base, sobretudo, o comércio. Num primeiro momento, o comércio vindo do extrativismo da madeira e, num segundo momento, o comércio gerado pelos excedentes produzidos pelas pequenas propriedades rurais, que dão sustentação para o advento das agroindústrias. Quanto ao tipo de colonização, tratou-se de iniciativa particular, como as demais que se processaram no oeste catarinense, ficando os riscos e lucros ao encargo do empreendedor. Os princípios que a norteavam em nada diferiam de outra atividade comercial (RENK, 2006).

Sob o ponto de vista das relações estabelecidas entre os colonos e entre estes e o mundo externo, as atividades comerciais foram fundamentais para o aprendizado dos princípios do crescimento econômico e a estruturação social no oeste catarinense. Do ponto de vista produtivo, a criação de animais foi uma das formas encontradas para o pagamento das terras e de suma importância para o desenvolvimento da região, pois a partir da grande produção e a dificuldade de acesso a mercados mais distantes, exigia-se mecanismos de processamento de produtos, principalmente, os suínos. Dando origem, então, aos primeiros frigoríficos de suínos, na época chamados de fábricas de salame e banha. Mais do que uma oportunidade vantajosa para os donos das casas de negócios do início da colonização, a

construção de unidades processadoras de produtos animais se deu por uma necessidade do próprio sistema econômico colonial, onde a criação de animais aos poucos foi se tornando o carro chefe das atividades econômicas.

De pequenos abatedouros ligados diretamente aos colonos por relações comerciais de oferta e demanda de produtos, o sistema se desenvolveu aprimorando a industrialização e exigindo patamares crescentes de qualidade no fornecimento de matéria prima pelos agricultores familiares. Dá-se um aumento progressivo na desigualdade de poder entre as indústrias processadoras e os fornecedores de matérias primas. Os contratos de integração se desenvolveram dando às grandes agroindústrias mecanismos cada vez melhores de controle sobre o processo produtivo. Nos anos 70 houve diversificação dos frigoríficos de suínos para aves. Um marco referencial desse período foi a instalação do Frigorífico de aves da empresa Sadia em 1973, na cidade de Chapecó. A Tabela 03 a seguir traça uma linha do tempo, delimitando os estágios de desenvolvimento da cadeia agroindustrial na região.

FIGURA 03: Evolução setorial, espacial e temporal do Grupo Sadia

Décadas	40/50	60	70	80	90/10
Atividades					
Trigo	Moinho de trigo em Concórdia	Moinho na Lapa			Saída do ramo
Suínos	Frigorífico de suínos		Pesquisa em Genética Suínos e perus em SC		
Integração	Associação Rural em 1951	Constituição do Fomento Agropecuário 1961		Lançamento do Projeto 21 em 1988 visando reestruturar seu sistema de integração.	
Transporte	Aviões fretados e próprios (1952) Uso de caminhões (1958)	Caminhões	Terceirização		
Frango		Início abate em Concórdia. Abate 1 milhão de frangos (1961)	Primeiras exportações em 1975		O abate diário de frangos passa a ser de mais de um milhão.
Perus			Início abate perus em Chapecó-Peru temperado		Certificado ISO 9001-
Bovinos		Bovinos Paraná	Bovinos MT	Bovinos SP	Deixa abate de bovinos
Distribuição		Central de distribuição com venda direta		Trabalha com mais de 60 mil pontos de venda no país.	Os pontos de vendas chegam a 150 mil. Parceria com a Perdigo em 2001 para vendas no exterior.
Soja			Início com aquisição de indústria em SC	Mais aquisições de indústrias de soja	Saída de soja
Exportação			Aves	Exportações alcançam 100 milhões de dólares	Exportações alcançam Um milhão de dólares em 2001.
Industrialização	Embutidos e frescos (salames, linguiças, salsichas, mortadelas)	Hambúrguer Bovino	Hambúrguer suíno e almôndegas	Aquisição de Indústria de carnes no RJ	Congelados Linha Califórnia de perus Linhas 7 mares de Peixe Linha Todo Sabor Pizzas, Lasanhas Parceria para sorvetes
Consumidor				Serviço ao Consumidor	

Fonte: MIOR (2003) p. 117

As atividades agroindustriais tidas como grandes promotoras do desenvolvimento no Oeste catarinense tiveram, historicamente, a agricultura familiar como sua base social de sustentação. A visão positiva da relação entre esses agricultores e as agroindústrias, sob o ponto de vista do desenvolvimento rural, deve-se, muitas vezes, às estatísticas favoráveis dessa região, quando comparadas a espaços onde a agroindústria está ausente. Essa relação positiva está baseada, em grande parte, pelas características particulares de formação das famílias de agricultores que construíram o território. Essas características, muito próximas ao modelo original camponês (LAMARCHE, 1993) foram descritas por Renk (2006). A autora resgatou o conjunto das características étnicas que contribuíram para formar a “civilização italiana”. Valores como a associação condicionante entre a posse da terra e sua reprodução social, a disciplina e o trabalho árduo como princípios nobres imprescindíveis a qualquer membro da comunidade, os valores nucleantes família, casamento e religião, a vida comunitária nas sociedades de interconhecimento, formaram a amálgama da agricultura familiar no oeste catarinense, sendo esse conjunto de valores associados e partilhados socialmente fundamentais para a construção do território e para o sucesso da integração da agricultura familiar com as agroindústrias ao longo do tempo.

Entre as atividades agropecuárias associadas a agroindústrias, a suinocultura foi a precursora no Oeste catarinense. A partir dela, outras atividades surgiram. O desenvolvimento da atividade avícola na região incorporou o aprendizado obtido na atividade da suinocultura, já tradicional na região desde os anos 1940, principalmente no que se refere às relações entre os agricultores e as agroindústrias, nos sistemas de parceria e integração. Diferentemente da suinocultura, que aos poucos foi exigindo dos suinocultores um padrão de produção ditado pela agroindústria, em substituição ao sistema tradicional de criação praticado pelos agricultores, na avicultura desde o início o sistema de integração foi condição para o desenvolvimento da atividade. Com o passar dos anos a avicultura se tornou uma das

principais atividades econômicas no oeste catarinense.

Conforme salienta Mior (2003) o modelo de parceria entre a agroindústria e os agricultores familiares seria o responsável tanto pelo sucesso econômico regional como pelos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais ressaltados pela crise vivenciada nos anos 90. Pólo de inovação tecnológica na área de produção e industrialização de suínos e aves, berço das maiores empresas do setor carnes e derivados do Brasil, modelo de articulação que possibilita a incorporação socioeconômica da produção familiar, são resultados tidos como positivos. Concentração econômica regional, exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos, poluição das águas pelos dejetos suínos, êxodo rural e regional, principalmente dos mais jovens, entre outros, são apresentados como os resultados menos nobres do modelo de agro-industrialização da região.

O sucesso da relação dos agricultores familiares com as agroindústrias aos poucos começa a ser questionado. Se, por um lado, o setor industrial de carnes cresceu consideravelmente nas últimas décadas, ocupando grande espaço no mercado mundial, entre os fornecedores de matérias primas - os agricultores familiares - começam a surgir elementos de uma crise. Mais do que uma análise compartimentalizada da crise em seus vários fatores, existe um agravamento da própria crise, surgindo novos elementos que a complexificam. Se o viés econômico, materializado na diminuição da renda sempre obteve maior destaque quando se discute a crise, no momento, ele não é único. Existem outros elementos, como a questão ambiental, a tecnológica e de mão de obra ou de reprodução da força de trabalho familiar.

Mesmo entre os avicultores, considerados “colonos fortes”, esses elementos se destacam. A baixa rentabilidade da atividade, as cobranças acerca da adequação a legislação ambiental vigente, da especialização em detrimento da produção para o autoconsumo e, a mais importante, a falta de mão de obra, pelas transformações no próprio seio da agricultura familiar, são elementos de uma crise mais global que aos poucos questiona a sustentabilidade

da relação agricultura familiar e agroindústria.

Ao mesmo tempo em que as agroindústrias começam a ser questionadas pelas externalidades negativas que geram, verifica-se que suas escalas de produção foram ampliadas num período recente. Por sua vez, novos atores começam a atuar no território, como as ONGs, influenciando as ações de outros atores sociais com suas estratégias particulares. Entre os novos atores sociais que ganham maior destaque regional podemos citar a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - APACO (Box 1), as agroindústrias familiares e suas redes (MIOR, 2003), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF, as Universidades locais com seus projetos de pesquisa e extensão ligados a realidade regional, as Cooperativas e as pequenas e médias agroindústrias.

BOX 01:

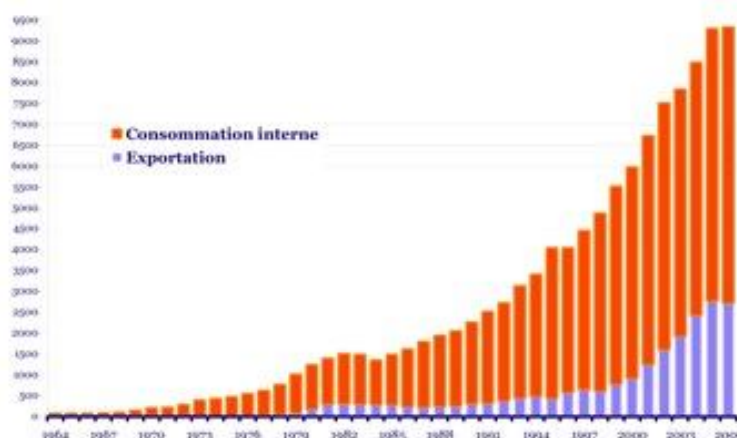
A APACO é uma associação fundada em 1989, dirigida por agricultores e que atua em 27 municípios da mesorregião Oeste de Santa Catarina. Essa ONG foi criada por 26 grupos de cooperação agrícola, correspondendo a um total de 57% dos grupos existentes na região. Os agricultores líderes desse processo estavam intimamente ligados aos movimentos da Pastoral da Terra e ao novo sindicalismo rural. Inicialmente, o objetivo era fortalecer a organização dos agricultores familiares, reduzindo a condição de dependência, tanto na compra de insumos quanto na comercialização dos produtos. Num primeiro período, no início dos anos 90, a ONG priorizou a cooperação agrícola. Posteriormente, a APACO reforça a assistência técnica aos agricultores, dando impulso a tecnologias apropriadas à pequena produção. Passa a atuar não apenas na formação e na prestação de assessoria aos agricultores, assumindo diferentes programas voltados para novas linhas de cooperativismo de crédito, de produção, de comercialização, de agroindústrias familiares de pequeno porte, de agroecologia e de desenvolvimento local sustentável. Nos últimos anos, a APACO atua mais ativamente com políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural, exercendo papel estratégico na introdução de inovações organizacionais e institucionais potenciais para o desenvolvimento territorial sustentável.

Fonte: ANDION, C. (2007)

1.3 – Desenvolvimento da avicultura no Oeste catarinense: uma conjunção de políticas públicas em um contexto favorável baseado na agricultura familiar

O Brasil viu suas produções animais e, em especial, o setor avícola industrial crescer de maneira exponencial nos últimos anos, a ponto de tornar-se o primeiro exportador mundial de carne de aves e um dos principais concorrentes no mercado mundial. Dentro do país, o estado de Santa Catarina é o segundo maior produtor de aves de corte e o maior exportador, perdendo na produção apenas para o Paraná (Figura 04).

FIGURA 04: Evolução e destinação da produção brasileira de carne de frango (unidade 1000 T toneladas)



Fonte: UBA & ABEF apud CARFANTAN, 2008 p. 14

Os dados referentes à situação da avicultura industrial mostram que está em curso uma expansão desse setor, verificada no Brasil por um marcante aumento de produção, que dobrou na última década (AVISITE, 2007). A produção brasileira de carne de frango cresceu, de 2004 para 2005, o equivalente a 9,5%. Nesse período as exportações cresceram 11,4% (ICEPA, 2005), com um aumento de 20% no valor bruto da produção (CEPEA-USP apud AVISITE, 2007).

Em 2005-2006, Santa Catarina aparece como segundo maior produtor nacional, atrás

do Paraná, e maior exportador (ICEPA, 2005). Essa situação revela a importância que a avicultura assume para o estado de Santa Catarina, particularmente para a região oeste.

A avicultura em Santa Catarina [é] uma das mais importantes atividades econômicas do estado. Emprega diretamente em torno de 35 mil e, indiretamente, mais de 80 mil pessoas. Na formação do valor bruto da produção agrícola estadual, os abates representam a principal atividade, participando com 24% do total (R\$ 1,013 bilhões em um total estadual de R\$ 4,2 bilhões) (ICEPA, 2005).

Pode-se perceber a importância econômica que a atividade avícola representa para o estado de Santa Catarina, especialmente para a região oeste.

A partir da década de 1990 houve um processo de seleção e exclusão de produtores, semelhante ao que aconteceu com a suinocultura nessa região. No entanto, num período mais recente, informações obtidas de técnicos de agroindústrias apontavam para um aumento no número de agricultores integrados. Contatos preliminares com técnicos da região apontavam para uma “disputa” entre as agroindústrias por agricultores que quisessem trabalhar no sistema de integração. Assim sendo, ficou evidente a importância social que essa atividade assume para essa sociedade, principalmente para a agricultura familiar.

As entrevistas evidenciaram que na memória dos mais antigos permanece a construção positiva geradora de certo *status social* para aquelas famílias beneficiadas com um contrato de integração com uma determinada agroindústria. Se atualmente o fato de ser integrado já não atribui o mesmo *status* de outrora, em sua grande maioria, os parceiros das agroindústrias podem ainda ser considerados “colonos fortes”. Essa expressão tem sido usada para indicar a prosperidade de algumas famílias. Poder-se-ia fazer um paralelo com a classificação proposta pela FAO/INCRA(2000), indicando assim os mais capitalizados no conjunto da agricultura familiar.

Busca-se aqui discutir os fatores que contribuíram para o fortalecimento do capital

social e a construção do território no Oeste catarinense, principalmente a relação positiva ao longo do tempo entre avicultura e agricultores familiares e apontar para alguns elementos da crise de sustentabilidade que se desenha, desencadeando um processo de desconstrução do próprio território. Optou-se por abstrair os reflexos locais da atual crise financeira internacional, por se tratar de uma análise num recorte temporal anterior, e discutir os elementos da crise que têm sua origem em outros fatores.

A incorporação dos avanços organizacionais e técnico-produtivos na atividade avícola tem origem em diversos fatores como, por exemplo, o aprendizado derivado da atividade da suinocultura, o contexto de modernização da agricultura de forma geral e a política de incentivo a industrialização do país.

Na diversificação para carne de aves, os grandes frigoríficos valeram-se de importantes vantagens competitivas consolidadas a partir da experiência com a produção e comercialização de derivados de suínos, atreladas a um bem estruturado sistema de distribuição e, em particular, ao peculiar relacionamento com pequenos e médios produtores rurais (MAZZALI, 2000).

As bases da avicultura de corte foram assentadas no fim da década de 1960 e seu crescimento e estruturação nos moldes atuais ocorreram na década de 1970. Sua extraordinária expansão está associada à incorporação do “pacote tecnológico”, que embute o controle, pela indústria, do ciclo produtivo da ave e o aumento da taxa de conversão de proteína vegetal em proteína animal. O elevado grau de controle do processo biológico propiciou incremento considerável na produtividade (idem).

Somados a esses fatores, a política de substituição de importações implementada pelo Estado nesse período propicia um ambiente externo favorável, criando a necessidade da produção de alimentos a baixos custos a fim de manter baixos os salários dos trabalhadores das indústrias que surgiam a partir de então. Nesse sentido, SORJ et alli (1982) afirmam que o

complexo avícola criou seu próprio mercado pelo aumento fantástico de sua produção e transformação da carne de frango em produto de crescente importância na dieta do brasileiro.

Alba (2002) destaca que, como a modernização está diretamente vinculada às agroindústrias, as grandes beneficiadas, direta ou indiretamente pelas políticas desenvolvidas pelo Estado e, principalmente pelos créditos, foram elas mesmas. Elas se beneficiaram duplamente. Os créditos, ou eram direcionados para a reestruturação produtiva das empresas, ou eram direcionados aos agricultores, que de qualquer forma iriam ser revertidos em resultados positivos na produtividade e na qualidade da produção, beneficiando, assim, diretamente o capital agroindustrial.

Na suinocultura, embora existisse uma tendência de otimização dos fatores de produção a montante da agroindústria, utilizando os contratos de integração para manter um maior controle do processo produtivo, não havia um padrão de integrado, que variava desde o pequeno produtor, que vendia o excedente da sua produção com sua baixa tecnologia e, às vezes, instalações inadequadas, até o grande produtor tecnificado.

A avicultura é uma atividade que desde o seu início foi dependente de aportes significativos de capital. Uma atividade que começou moderna, no sentido de organização da produção, usando um pacote tecnológico em que os produtores eram, e ainda são, selecionados para ingressar na atividade. A seleção se baseava na capacidade de investimento, na assimilação do pacote tecnológico e na disponibilidade da mão-de-obra. As questões ambientais não faziam parte desse processo de seleção. Uma questão fundamental era e continua sendo a existência de água como condição técnica, e não ambiental, para construir um aviário.

Para a seleção dos avicultores, as agroindústrias tinham a sua disposição informações sobre o perfil do futuro integrado através da sociedade de interconhecimento, priorizando os valores característicos dos colonos. Renk (2006) destaca entre esses valores o pertencimento a

determinada comunidade, o apego aos valores católicos como o respeito à Igreja e a ética do trabalho.

“A avicultura aqui começou em 1970. Tinha um pavilhão na EFAPI... assim começou a SADIA, tinha um caminhão... algumas pessoas da empresa saíam pro interior, escolhiam algumas famílias e faziam a proposta. Diziam que iam montar um abatedouro aqui e precisavam de parceiros. Eles diziam: vocês fazem o galpão e entram com a mão-de-obra e nós damos a ração e os pintinhos e a assistência técnica. Isso se chamava parceria. Difícilmente a pessoa batia o martelo de início, ficavam pensando pra ver se faziam a construção e as vezes passava mais de um mês...a empresa já trazia tudo meio ajustado, a terraplanagem da prefeitura, a madeira, onde comprar o material. Já tinha o pacote meio pronto. Começou com uns dez ou quinze e depois os outros foram se interessando... meu compadre com um lote comprou um fusca e sobrou pros documentos e pra abastecer... passado uns dez ou quinze anos inverteu as coisas, os agricultores começaram a procurar a empresa...”

(...)

“...fiz um aviário em 1984...os técnicos foram na casa e ficaram umas três horas conversando... mas não falaram do aviário. Queriam saber da vida, de tudo que nós fazíamos, se ia no bolicho, como era politicamente... e foram embora. Nós achamos que não ia dar certo... depois de uns quinze dias eles vieram pra fazer o aviário... eles queriam que o avicultor fosse um cara bem sucedido, pra não reclamar da empresa...” [trechos de entrevista com Avicultor, Chapecó, julho de 2008]

A esse respeito, BELATO (1985) destaca que a condição de estrita subordinação do avicultor não lhe permite perceber os demais elos da cadeia que lhe são subtraídos à compreensão por mecanismos ideológicos e de controle, obrigando-o a ter os olhos voltados exclusivamente para o segmento da produção pelo qual foi escolhido pelo capital.

A possibilidade de ascensão social através do trabalho era um elemento nucleante da agricultura familiar e exigia a aplicação em todos os membros da família com importante participação das forças marginais - mulheres e crianças (TEPICHT, 1973 apud ABRAMOVAY, 1992). Esse fator favoreceu as agroindústrias, pois com uma remuneração única por produto, no caso, o lote de frangos, essas forças marginais trabalhavam sem receber

por isso.

Os primeiros integrados da avicultura tinham rendas relativamente altas, o que conferia um status social elevado para essa parcela de agricultores. Com as transformações sucessivas no processo produtivo, somadas a diminuição de rentabilidade e a incorporação de novos parâmetros de seleção, começam a surgir elementos de crise entre os avicultores do oeste catarinense. E, aos poucos, o status social do agricultor integrado passa a ser relativizado. Como marcos recentes podem ser citados a crise sanitária internacional ocorrida na última década seguida de um aumento do padrão tecnológico e o agravamento das mudanças estruturais da agricultura familiar.

1.4 - As modificações no espaço regional

Os fenômenos e processos sociais que ocorrem simultaneamente num determinado território permitem a exploração teórica sob diferentes perspectivas. É possível, num espaço rico em dinâmicas sociais, como é o caso do Oeste catarinense, estudar os processos de diferenciação social e proletarianização, a partir de pressupostos teóricos marxistas. Ao mesmo tempo, uma concentração de empresas, de certa forma ligados entre si, permite uma investigação utilizando a teoria dos distritos industriais marshallianos, ou ainda, da riqueza cultural e da tradição em desenvolver determinados produtos ou serviços, é possível falar em sistemas produtivos localizados ou sistemas agroalimentares localizados⁶. Todos os matizes

⁶ Um SIAL pode ser considerado como redes de “organizações de produção e serviço (unidades agrícolas, empresas agroalimentares, empresas comerciais, microempresas, restaurantes etc.) associadas a um território específico em virtude de suas características e de seu funcionamento (MUCHNIK & SAUTIER 1998). Já “um SPL pode ser definido como um conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas, e territorialmente aglomeradas. Ou como uma rede de empresas de uma mesma atividade ou de uma mesma especialidade que cooperam em um determinado território. Ou ainda, como agrupamentos geográficos de empresas ligadas pelas mesmas atividades. A principal vantagem dos SPL para o desenvolvimento é que esse tipo de relações de proximidade e de interdependência entre as empresas costuma ter um efeito extremamente favorável para a competitividade dos territórios” (VEIGA, 2002 p.40).

teóricos encontram substrato empírico no Oeste catarinense. Nesse sentido serão utilizados aqui apenas alguns aspectos da teoria dos *clusters*, abordando o processo de concentração de pessoas, empresas e serviços numa determinada região, e os produtos resultantes da relação entre estes fatores. Uma discussão pormenorizada sobre as outras teorias acima citadas não é objetivo deste trabalho.

Para Porter (1998) apud Marques et al (2004) um *cluster* é uma concentração geográfica de companhias e instituições interconectadas em um determinado setor. São compostos por fornecedores, como componentes, maquinário e serviços, além de infraestrutura especializada. Possuem estritas relações tanto com consumidores quanto com fabricantes de produtos complementares e companhias industrialmente relacionadas a tecnologias e habilidades profissionais. Muitos clusters incluem forças governamentais e instituições, como universidades, associações e centros de treinamento, que promovem educação, informação, pesquisa, treinamento especializado e suporte técnico.

Segundo Mior (2005 p.144), até o final dos anos 80 houve um processo de internalização das atividades por parte da grande agroindústria convencional, deixando pouco espaço para o desenvolvimento de novos agentes no próprio setor. Este cenário sofre mudanças significativas no decorrer dos anos 90, com o processo de reestruturação interna das agroindústrias e a externalização de algumas atividades, tais como: serviços de transporte, manutenção mecânica e elétrica, construção civil, funilaria, refeição, higiene e limpeza, vigilância, advocacia e informática.

A terceirização dessas atividades por parte das grandes agroindústrias criou um ambiente potencial de oportunidades para pequenos empreendedores. Surgem então novos setores na economia regional, ligados direta ou indiretamente as agroindústrias. Mior (2005) destaca o desenvolvimento de novos agentes do cluster de carnes no oeste catarinense, como a constituição e a consolidação do setor metal-mecânico, o surgimento da indústria de aditivos e

conservantes para a produção de alimentos industrializados, a diversificação da indústria de rações, a indústria de máquinas e equipamentos frigoríficos, bem como a formação de capital humano especializado na prestação de serviços. Desenvolvem-se, também, instituições de ensino e pesquisa voltados à realidade regional, tais como universidades e centros profissionalizantes, como por exemplo a Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, e as instituições do Sistema S (SESC, SESI, SENAI, SENAC, SENAR).

O desenvolvimento das agroindústrias favoreceu a promoção de um conjunto de atividades e serviços a elas relacionados que de certo modo ditaram a distribuição espacial das atividades econômicas na região. Com isso, criaram-se pólos de atração populacional, principalmente nas proximidades das agroindústrias. Alba (2002) destaca que após a instalação do abatedouro de aves em Chapecó, em 1973, a cidade se transformou no destino preferido pelos migrantes vindos do meio rural ou de outros municípios

...os fatores econômicos são um dos motivos que geram as migrações, as pessoas saem à procura de seu sustento ou de uma vida melhor e apostam que vão encontrar nas regiões onde chegam a realização do sonho do emprego, um salário melhor [...] Percebe-se que as migrações orientam-se para aquelas regiões onde o capital está mais concentrado, ou que apresenta perspectiva de se concentrar (ALBA, 2002).

Chapecó sempre teve papel de destaque no desenvolvimento regional, a presença de grandes agroindústrias tornou-a atrativa para aqueles que deixavam o campo em busca de oportunidades urbanas. Atraiu também pequenos investidores que, explorando a vocação agroindustrial do local, iniciaram empreendimentos capazes de atender a demanda das agroindústrias por produtos e serviços.

Os migrantes geralmente de origem rural de certa forma influenciaram as características do modo de vida urbana de Chapecó

Pode existir uma 'ordem' maior que 'aciona' o processo migratório, mas os indivíduos que o fazem carregam consigo

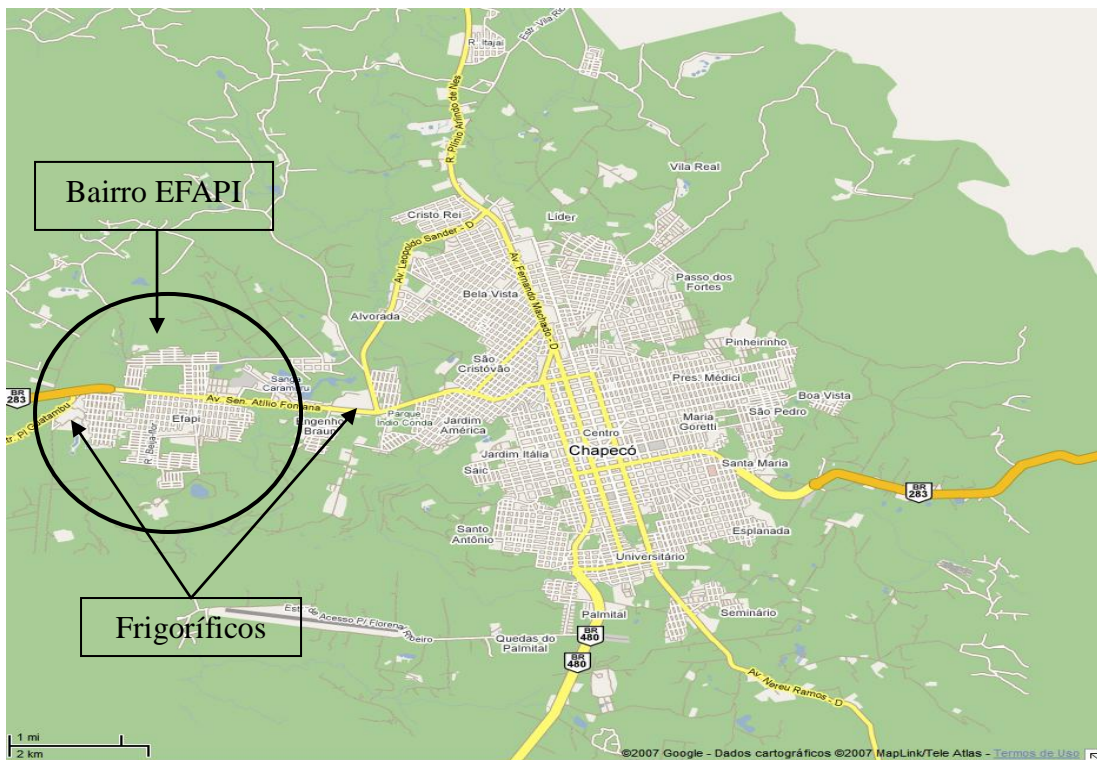
suas experiências, seu modo de vida, que até certo ponto reproduzem nos locais de chegada [...] exemplo dos laços de vizinhança, de comunidade (igreja, escola, centro comunitário, etc) e até de organização do ambiente da casa (ALBA, 2002).

Na cidade de Chapecó, um exemplo emblemático de migração populacional incentivado pelas empresas ligadas ao complexo agroindustrial é o bairro EFAPI, localizado nas mediações de duas grandes agroindústrias e, contando atualmente com uma população de cerca de 40 mil habitantes.

Com as agroindústrias e com seu contínuo desenvolvimento, ocorreu uma série de transformações na área urbana de Chapecó. Novas indústrias se instalaram e se desenvolveram para atender as necessidades do processo produtivo (indústria ou aviários, silos, etc.). O comércio se ampliou, provocando um crescimento quantitativo da população urbana do município, novos bairros, novas ruas, asfalto, iluminação, moradias, etc., mudanças espaciais que se evidenciam no âmbito social, político e econômico, frutos e agentes de transformação (ALBA, 2002).

Alba et al (2002b) pesquisando aspectos relacionados à dinâmica populacional de Chapecó citam dados referentes a formação do loteamento Jardim do Lago, no bairro EFAPI (**Figuras 5 e 6**). A pesquisa mostrou que dos moradores do loteamento, 56,92% eram oriundos do Oeste de Santa Catarina, 40,46% do Rio Grande do Sul e 2,32% de outros Estados, como Paraná e Mato Grosso. Desses, 83,7% dos entrevistados tinham origem na agricultura. Os dados mostram ainda que 78% das famílias que migraram para este local foram em busca de emprego, enquanto 3,84% dos entrevistados buscaram no lugar a possibilidade de morar perto dos filhos.

FIGURA 05: Localização do bairro EFAPI, Chapecó, SC.



Fonte: Google Maps (acesso em 10/06/2008)

FIGURA 06: Vista parcial do Bairro EFAPI, Chapecó, SC.



Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2008

Observa-se um destaque para pessoas economicamente ativas e um número reduzido de aposentados. Verificou-se que 73% dos entrevistados eram proprietários das residências mesmo com uma renda familiar baixa (53,84% das famílias deste loteamento vivem com uma renda de 1 a 3 salários mínimos). As autoras encontram uma justificativa para esse fato no grande número de residências construídas de madeira utilizando materiais trazidos do local de origem. Os dados apontam para os baixos níveis de salários pagos pelas agroindústrias, haja vista que 58,59% dos entrevistados eram empregados no setor.

Ex-agricultores vendem suas propriedades para conseguir um terreno na cidade, em bairros mais retirados do centro, e geralmente procuram se instalar próximos a indústria, já com o objetivo de conseguir um emprego nesse local, pois obter pelo menos um salário fixo e assistência médica são direitos que a condição anterior não lhes garantia e que interferem na hora de tomar algumas decisões (ALBA et al, 2002b p.330).

A origem rural da maior parte da população de Chapecó engendra em seus hábitos e costumes, inclusive alimentares, a necessidade de consumo de produtos tradicionais da agricultura familiar. Essa demanda criou um mercado promissor para agroindústrias familiares rurais de pequeno porte e feiras de produtos coloniais. A inserção dos agricultores nesse nicho de mercado é vista como alternativa viável para o desenvolvimento rural na região (Mior 2005; Ferro, 2006), porém ainda é pequena a parcela de agricultores inseridos nesse sistema.

Sobre o espaço urbano de Quilombo não foram encontrados estudos que mostrassem suas características e especificidades. O que se pode perceber pelos dados encontrados é que não sofreu significativas mudanças nos últimos tempos. Embora tenha ocorrido a instalação em seu território de um grande empreendimento agroindustrial, as dinâmicas populacionais não sofreram grandes impactos. O município continua a ser, na classificação de Veiga (2002) essencialmente rural.

Vimos como a avicultura e o território se relacionaram no processo histórico, a partir de convergências que ditaram o desenvolvimento tanto do território, o qual agregou funções e

criou outras especificidades, como da avicultura, que se valeu do capital social acumulado no território para garantir sua competitividade em mercados distantes. No próximo capítulo serão discutidos alguns aspectos da realidade vivida hoje pelos avicultores no oeste catarinense, a partir das observações e dados coletados em pesquisa de campo, e, a partir disto, elencar alguns pontos contraditórios ao desenvolvimento territorial, que são potenciais desencadeadores de sua desconstrução.

Como vimos, o argumento central do capítulo 1 é de que as grandes agroindústrias emergentes no processo histórico se beneficiaram do considerável capital social acumulado na região oeste de Santa Catarina para alcançar o seu sucesso, participando da (re)construção do território a partir das suas próprias dinâmicas.

É nesse processo, de (re)construção do território, que as grandes agroindústrias afirmaram-se no espaço regional, transformando um conjunto de especificidades territoriais úteis aos seus interesses, e, tornando-se também úteis ao desenvolvimento econômico regional. As contradições desse processo e os elementos de desconstrução do território são discutidos adiante, no capítulo 3.

Capítulo 2 - A situação atual dos avicultores no oeste catarinense: uma análise a partir de uma amostra de avicultores de Chapecó e Quilombo

O conjunto dos acontecimentos que marcaram o processo histórico de desenvolvimento da avicultura no Oeste catarinense foram condicionantes para a construção de uma determinada realidade, afirmada a partir de certas características estruturais. Embora haja variações e desigualdades no interior da categoria avicultores existem características que são indicadores da realidade que vivem atualmente.

Esse capítulo busca identificar as principais características desses avicultores. Para isso, foram realizadas entrevistas junto a 44 famílias de avicultores nos municípios de Chapecó e Quilombo entre o mês abril e o mês de outubro de 2008. A análise se baseou nos resultados das entrevistas, bem como nas análises presentes em trabalhos anteriores realizados na região, destacando as principais variáveis que apresentaram mudanças ao longo das últimas décadas e que acabam influenciando o nível de competitividade da região. Trata-se do nível de concentração da produção (número de aviários por propriedade); do tempo de atividade (número de gerações e anos na atividade avícola de cada família, em cada propriedade); da presença de mão-de-obra e sua origem (familiar ou contratada) e; do nível de inovação tecnológica (investimentos e melhorias nas estruturas produtivas).

2.1 – Descrição da realidade observada

A tarefa de descrição do universo dessas características torna-se difícil devido ao grande número de avicultores e a sua grande diversidade, permitindo apenas discutir alguns elementos que emergiram da análise das entrevistas realizadas a campo.

A partir de uma pequena amostra do conjunto dos avicultores do Oeste catarinense, entendida como suficientemente representativa da situação estudada, buscou-se apreender a realidade desse segmento da cadeia produtiva avícola. Considera-se o estudo representativo pelo fato das informações tornarem-se repetitivas a medida que as entrevistas avançavam no tempo.

Num primeiro momento convém fazer uma caracterização da realidade observada, dimensionando as fronteiras do estudo. Foram entrevistados 44 avicultores, sendo 29 deles (65,91%) em Chapecó e 15 (34,09%) em Quilombo (Tabela 03).

Tabela 03: N° total de avicultores e aviários pesquisados

Total	1	%	2	%	4	%	7	%	18	%	Total
	aviário		aviários		aviários		aviários		aviários		
Avicultores	28	63,64	13	29,55	1	2,27	1	2,27	1	2,27	44
Aviários	28	33,73	26	31,33	4	4,82	7	8,42	18	21,69	83

Fonte: pesquisa de campo

Nas tabelas a seguir (Tabelas 04 e 05) são apresentados os dados de cada município em separado, permitindo uma melhor visualização dos resultados, bem como a possibilidade de comparação com o universo pesquisado. Destaca-se a presença de empreendimentos avícolas de grande porte no município de Chapecó. Embora sejam minoria em termos absolutos, relativamente são significativos, a exemplo do caso onde um avicultor apenas era proprietário de 18 aviários.

Tabela 04: N° de avicultores e aviários pesquisados em Chapecó

Chapecó	1	%	2	%	4	%	7	%	18	%	Total
	aviário		aviários		aviários		aviários		aviários		
Avicultores	14	48,28	12	41,38	1	3,45	1	3,45	1	3,45	29
Aviários	14	20,90	24	35,82	4	5,97	7	10,45	18	26,87	67

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 05: N° de avicultores e aviários pesquisados em Quilombo

Quilombo	1		2		4		7		18		Total
	aviário	%	aviários	%	aviários	%	aviários	%	aviários	%	
Avicultores	14	93,33	1	6,67	0	0	0	0	0	0	15
Aviários	14	87,5	2	12,5	0	0	0	0	0	0	16

Fonte: pesquisa de campo

2.2 – Nível de concentração da produção

No que se refere à concentração da produção avícola na região, os dados encontrados a campo não diferem muito do universo dos avicultores do estado de Santa Catarina. As tabelas 06 e 07, abaixo, mostram os dados de aviários declarados no Levantamento Agropecuário Catarinense – LAC – realizado entre os anos de 2002 e 2003. Especificamente na mesorregião Oeste (IBGE)⁷ os dados encontrados em nossa pesquisa de campo são semelhantes ao do LAC.

Tabela nº 06: Concentração de aviários em Santa Catarina

Classe	Frequência	%
Até 1 aviário	4873	69,72
2 aviários	1639	23,45
Mais de 2 aviários	477	6,83
Total	6989	100

Fonte: LAC, 2003

⁷ O estado de Santa Catarina está dividido administrativamente em 6 Mesorregiões Geográficas e estas em 20 Microrregiões Geográficas. A mesorregião Oeste Catarinense compreende as microrregiões de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

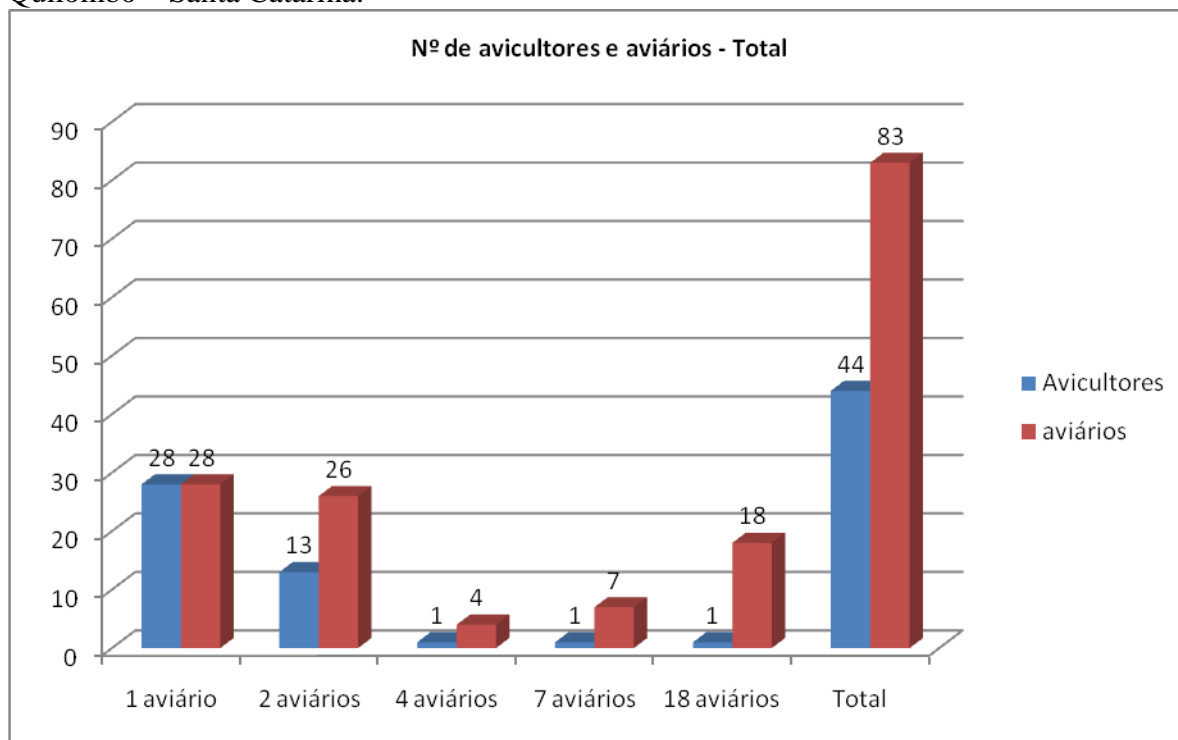
Tabela nº 07: Frequência de aviários na mesorregião Oeste catarinense.

Microrregião IBGE	Até 1 aviário	2 aviários	Mais de 2 aviários	Total
Chapecó	1604	365	111	2080
Concórdia	899	182	76	1157
Joaçaba	972	333	105	1410
São Miguel do Oeste	220	158	53	431
Xanxerê	453	73	28	554
Total na meso região	4148	1111	373	5632

Fonte: LAC, 2003

Os 44 entrevistados possuíam juntos um total de 83 aviários, sendo 67 deles (80,72%) em Chapecó e 16 (19,28%) em Quilombo (Gráfico 1). Isso poderia ser visto, a princípio como um indicador de baixa concentração de produção entre os avicultores da região (média de 1,87 aviários por avicultor). Verificou-se que 28 avicultores (63,64% do total) possuíam apenas 01 aviário, perfazendo 33,73% dos aviários. A amostra escolhida contém um dado que destoa consideravelmente da média, sendo que 01 avicultor possui 07 aviários e outro possui 18 aviários, somando juntos, respectivamente, 4,54% dos avicultores e 30,12% do total de aviários. Aqueles que possuem 02 aviários totalizaram 13 avicultores (29,55%) e 26 aviários (31,33%).

Gráfico 01: Número total de avicultores e aviários pesquisados nos municípios de Chapecó e Quilombo – Santa Catarina.



Fonte: pesquisa de campo

A pesquisa de campo mostrou uma concentração maior de aviários entre os avicultores de Chapecó (Tabela 04) quando comparados com os dados do município de Quilombo (Tabela 05).

O universo dos avicultores em Chapecó não pode ser levantado. Conseguiram-se no trabalho de pesquisa apenas o número de aviários e a capacidade de alojamento (Tabela 08). Já para o município de Quilombo foi possível levantar o número total de avicultores e aviários (Tabela 09). Ressalta-se que no município não existe nenhum avicultor com mais de dois aviários.

Tabela nº 08: Número de aviários e capacidade de alojamento de aves em Chapecó.

Nº de aviários	Capacidade de alojamento
649	5.810.610 aves

Fonte: Escritório Municipal da CIDASC – Chapecó (2009)

Tabela nº 09: Número de avicultores e aviários no município de Quilombo

Quilombo	Avicultores	%	Aviários	%
1 aviário	78	79,59	78	66,10
2 aviários	20	20,41	40	33,90
Total	98	100	118	100

Fonte: Escritório Municipal da CIDASC – Quilombo (2008)

A seguir serão apresentadas e discutidas algumas das características que se destacaram na análise das entrevistas junto aos avicultores que participaram da pesquisa.

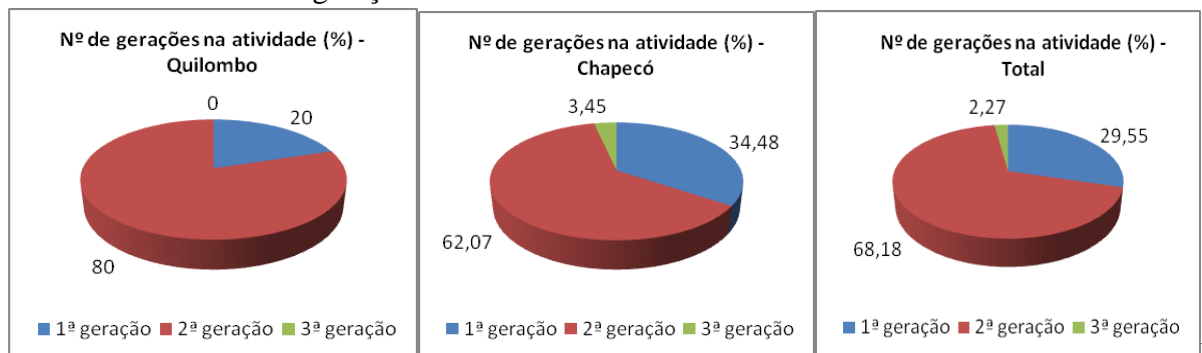
2.3 – Tempo na atividade

As entrevistas revelaram que a avicultura foi incorporada ao conjunto das atividades tradicionais dos agricultores familiares, ultrapassando os limites de uma simples oportunidade de negócio balizada por relações de mercado. Algumas particularidades contribuíram para o fortalecimento da intrínseca relação entre a avicultura e agricultores familiares.

A construção de galpões para o alojamento de aves, hoje padronizado com dimensões de 100m de comprimento por 12m de largura, implicam na imobilização de grande quantidade de capital. Esse capital imobilizado acaba entrando no sistema de transferência de patrimônio da família, haja vista que a utilização alternativa e a possibilidade de venda dessas estruturas construídas são praticamente nulas. Os dados da pesquisa (Gráfico 02) mostraram que 68,18% dos avicultores herdaram essa atividade de seus pais. Muitas vezes sem condições de dividir a terra entre os filhos, pelo fato da área ser pequena, alguns agricultores resolveram a questão da reprodução social enquanto agricultores com a construção de aviários para cada um dos filhos.

“[...] meu pai tinha pouca terra aí ele construiu mais três aviários e ficou um para cada um de nós [...] a terra que temos é pouca, mas cada um tem seus aviários [...] aquele que pode ampliar, ampliou. [...] só o meu irmão mais velho não construiu mais porque é só ele e a mulher, não tiveram filhos. [...]” [relato de um avicultor, Chapecó, maio de 2008]

Gráfico 02: Número de gerações na avicultura das famílias entrevistadas



Fonte: pesquisa de campo, Chapecó e Quilombo. Maio a outubro de 2008.

Outro destaque revelado nas entrevistas é o significativo número de avicultores que não herdaram a atividade de seus pais. Aproximadamente 1/3 dos avicultores (29,55%) representam a primeira geração na atividade. Isso não significa, porém, que não tenham vivido a experiência da integração com as agroindústrias na época em que viviam com seus pais. Muitos dos entrevistados trabalhavam com os pais na atividade da suinocultura.

Outro dado que chama atenção é a pequena parcela de avicultores na atividade a mais de duas gerações. Em Quilombo nenhuma família apresentou essa condição e em Chapecó apenas 3,45% dos entrevistados declararam-se netos de avicultores, sendo que a média foi de 2,27% do total de entrevistados. Essa informação remete a especulação de duas possíveis causas: a primeira, mais provável, é o espaço de tempo (menos de quatro décadas) impossibilitando que uma terceira geração estivesse à frente da atividade; e uma segunda causa associada à primeira, é a possibilidade de que haja demora na transmissão de patrimônio de uma geração para outra. Não existe uma idade definida para que o comando da propriedade seja repassado aos filhos, sendo esta uma das causas da saída dos jovens do

campo.

2.4 – Mão de obra familiar X Mão de obra contratada

O perfil das famílias de agricultores no oeste catarinense mudou significativamente com o passar do tempo. No início da colonização da região, as famílias eram numerosas e a força de trabalho era garantida pelos braços de indivíduos com laços de parentescos. Com o advento de novas e modernas tecnologias e com o fechamento da fronteira agrícola (dificuldade de colocação de todos os filhos na região) o número de indivíduos por família diminuiu consideravelmente, passando a ser constituído por um casal e dois ou três filhos.

A agricultura mecanizada e as instalações modernas para a criação de aves, ao mesmo tempo em que diminuíram a demanda por mão-de-obra, exigiram dela melhor qualificação. Embora a necessidade de mão-de-obra seja pequena, sua disponibilidade tem diminuído consideravelmente, à medida que os filhos deixam a propriedade buscando ocupações alternativas, na maioria das vezes urbanas.

A realidade encontrada entre o conjunto dos avicultores entrevistados aponta para esse cenário (Gráfico 03). Em 47,73% das propriedades a mão-de-obra familiar é suficiente. Em 27,27% das propriedades há necessidade de mão-de-obra externa a família, não para substituí-la, mas para auxiliá-la. Trata-se de um contrato firmado, na maioria das vezes verbalmente, entre os avicultores e outras famílias (casal com ou sem filhos) que em troca do trabalho prestado recebe moradia, um pedaço de terra para plantar e uma parte dos rendimentos do aviário. Mais do que “cuidar dos aviários” essas famílias são “agregados” auxiliando nas demais tarefas da propriedade.

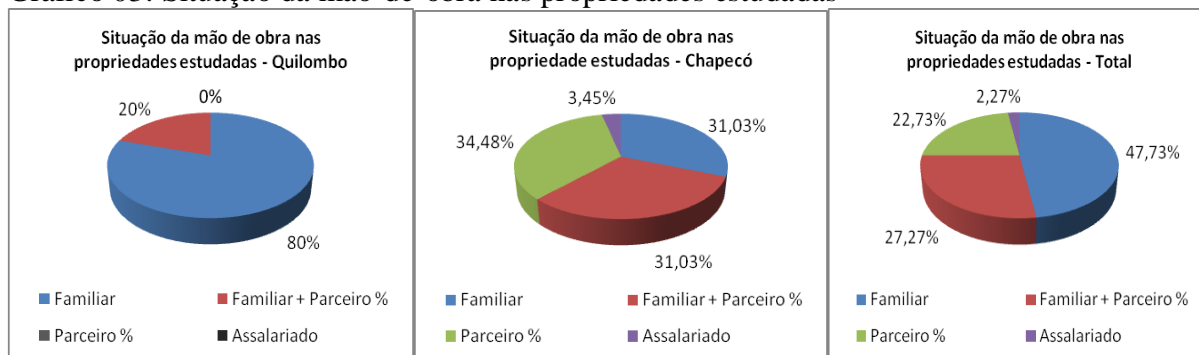
A pesquisa mostrou também que em quase $\frac{1}{4}$ das propriedades (22,73%) os avicultores não trabalham diretamente na atividade, obtendo a mão-de-obra que necessitam das relações de parceria com outras famílias, geralmente descapitalizadas e sem terra. As entrevistas

mostraram que a parte dos rendimentos de cada lote de aves entregue às agroindústrias que tocam as famílias agregadas varia de 18% a 20%.

Durante a observação de campo pode-se perceber uma disputa por mão-de-obra com as novas regiões de avicultura no país, especificamente o Centro-Oeste brasileiro. Uma propaganda numa rádio local anunciava a seleção de 38 famílias para trabalhar em Lucas do Rio Verde, no estado do Mato Grosso. Além de moradia e terra para plantar, cada família teria a opção de “cuidar” de 03 aviários, recebendo parte dos lucros.

Finalmente, somente uma parcela muito pequena dos avicultores (apenas 2,27%) mantém trabalhadores assalariados cuidando de seus aviários. No município de Quilombo essa prática não foi encontrada, em Chapecó os avicultores que utilizam mão-de-obra assalariada são aqueles que possuem um grande número de aviários (02 avicultores).

Gráfico 03: Situação da mão-de-obra nas propriedades estudadas



Fonte: Pesquisa de Campo

O que chama a atenção nas entrevistas é a pouca disponibilidade de mão-de-obra familiar entre os avicultores. Com a saída dos filhos, os avicultores acabam sendo obrigados a buscar força de trabalho fora da família. É significativo o número de propriedades que dependem dessa força de trabalho: 52,27% não são viabilizados apenas com mão-de-obra familiar, lançando mão de parcerias com outras famílias ou mesmo de assalariamento. A busca por mão-de-obra para os aviários tem sofrido concorrência com os empregos urbanos e

com o deslocamento das famílias “parceiras” para outras regiões do país. Destaca-se a concorrência com o centro-oeste brasileiro por mão-de-obra especializada.

É importante ressaltar que o auxílio de pessoas externas à família não significa que esses avicultores não tenham mais uma força de trabalho potencial na família, em muitos casos, ou os filhos eram jovens demais, ou não se interessavam pela atividade ou, mesmo auxiliando, o trabalho ainda era insuficiente justificando a contratação de serviços externos.

Mesmo que esses dados sejam referentes a uma pequena parcela dos avicultores do oeste catarinense, são indicadores um processo de mudança, aqui denominado de fatores de crise do modelo vigente, que aos poucos ganham força no processo de reprodução social dessas famílias de avicultores.

2.5 – Nível de tecnologia e a necessária adaptação

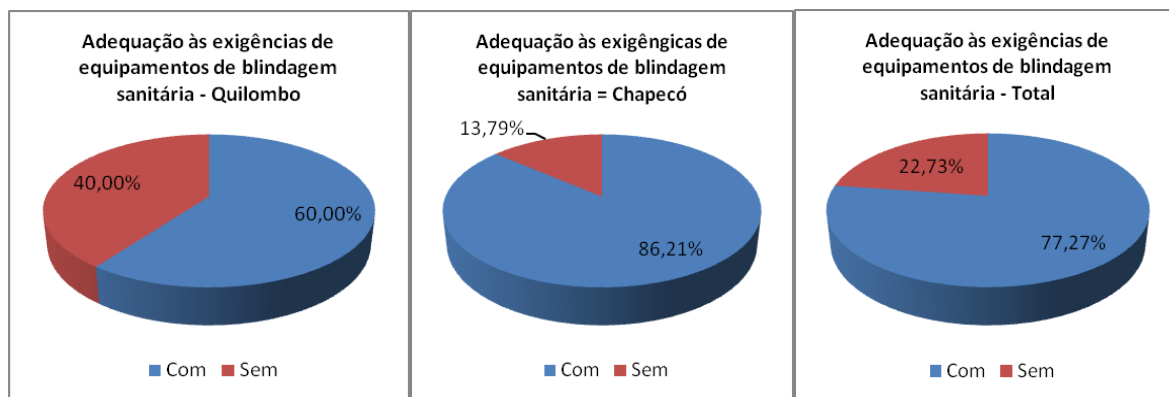
A pesquisa mostrou um descontentamento geral por parte dos entrevistados quanto à constante necessidade de investimentos em melhorias às suas estruturas produtivas. Segundo relatos de técnicos das agroindústrias, as pressões que culminaram na exigência de uma blindagem sanitária dos aviários partiram do mercado internacional de carne de aves, e a responsabilidade pelas adequações tecnológicas foram paulatinamente repassadas aos avicultores. Blindar o aviário significa proteger as aves de possíveis fatores adversos, dentro de uma visão otimista da modernização como caminho para a solução de problemas. Representa um estágio mais evoluído na escalada modernizante.

Apesar das queixas recorrentes entre os avicultores quanto ao ônus dos investimentos, as entrevistas demonstraram que a grande maioria já assimilou as mudanças, e fez as adequações necessárias⁸. No Gráfico 04 é possível observar que 77,27% dos avicultores

⁸ Aqueles que estavam em processo de adequação às exigências das empresas foram aqui contabilizados junto com os que já haviam feito todas as modificações. Como era impossível visitar os aviários, pode que algumas

entrevistados estavam dentro dos padrões de exigência das empresas.

Gráfico 04: Assimilação das mudanças exigidas pelas empresa



Fo

nte: Pesquisa de campo

Mais do que uma tomada de consciência quanto aos cuidados com a sanidade das aves por parte dos produtores, as mudanças foram decorrentes da relação desigual de poder entre avicultores integrados e empresas integradoras. As entrevistas demonstraram que houve uma pressão dos técnicos sobre os avicultores para que fizessem as mudanças, bem como incentivos financeiros para tal fim.

[...] “eles disseram que até o final do ano não vão mais entregar os peruzinhos pra quem não tiver feito as mudanças que eles pediram”
[...]
[...] “agora eles tão pagando 25% a mais sobre o lote pra quem já fez o que eles pediram, mas quem não tem pra investir e não pode tirar o dinheiro no banco eu não sei como vão fazer, de certo vão fechar o aviário” [...] (relato de um avicultor, Chapecó, setembro de 2008)

A última afirmação do entrevistado é emblemática, pois transparece o temor que os avicultores tem de ver toda sua estrutura produtiva, as vezes resultado de uma vida inteira de trabalho, sem utilidade, e o que é pior, sem produção de renda para a família. Fica claro com isso a relação desigual de poder entre os dois elos da cadeia, estando o avicultor totalmente dependente dos rumos e decisões que estão fora de seu controle, inclusive a decisão de sair da atividade.

informações podem ter sido omitidas.

Há também uma tendência de automatização nos aviários e restrições ambientais crescentes, principalmente em termos de qualidade da água, utilização das camas e localização dos aviários. Esses fatores, somados a questões de ganho em escala têm contribuído para a concentração da produção de aves, preferencialmente nas áreas próximas as unidades de abate.

Essa concentração, no entanto, assume um caráter aparentemente contraditório. A concentração na avicultura, até o momento, tem se dado de forma distinta da que ocorreu na suinocultura, onde houve exclusão em massa de agricultores familiares da atividade. Na avicultura, ocorre concomitante à concentração um processo de expansão, com o surgimento de pequenos e médios frigoríficos, integrando novos produtores de matéria-prima, com uma escala de produção até certo ponto flexível. Foram construídos alguns aviários de 50 metros de comprimento fornecendo matéria-prima principalmente para os pequenos e médios frigoríficos, diferente do padrão de 100 metros das grandes empresas do setor. Entre aqueles integrados aos grandes complexos agroindustriais, há uma tendência de aumento de 01 (um) para 02 (dois) aviários de 100m, em média.

A explicação para esse movimento aparentemente contraditório reside, provavelmente, em fatores conjunturais. O crescimento do mercado para o setor, tanto interno como, e principalmente, externo, com a tendência crescente nas exportações brasileiras de carne de frango tem aumentado consideravelmente a demanda por matéria-prima, abrindo espaços viáveis no mercado mundial para pequenos e médios empreendimentos frigoríficos na região.

É importante ressaltar que no processo constante de modernização tecnológica, as empresas buscam agricultores modelares e idealizados, que perseguem e atualizam plenamente mecanismos voltados para o aumento da produtividade e da rentabilidade, abrindo caminho para a modernização de todo o conjunto. Um exemplo característico dessa pressão modernizante é o bônus de 25% sobre o rendimento de um lote de aves entregue pelo

agricultor que cumpre todas as exigências da empresa. Assim, como ressalta Silveira (1994), “a gestão [da propriedade] não pode ser analisada a partir de um indivíduo isolado, mas considerando o agente como 'um ser determinado em grande parte' pelas influências de seu meio ambiente natural e social, que apesar de não perder a sua individualidade por meio desta determinação, é delimitado e dirigido em suas possibilidades de ação, de maneira específica para o meio e para o grupo”.

Neste capítulo foi possível caracterizar algumas variáveis significativas para o conjunto dos avicultores. Vimos que a concentração da produção entre os avicultores entrevistados é semelhante a realidade do conjunto dos avicultores da região e do estado.

As variáveis analisadas destacaram questões relacionadas à tradição familiar na atividade, a disponibilidade de mão de obra e as necessidades de inovação tecnológica. Veremos no capítulo seguinte que a conjunção dessas variáveis fez emergir nas entrevistas elementos de uma crise que questiona a sustentabilidade da relação entre agricultura familiar e a atividade avícola, com severas conseqüências para o território.

Os elementos de crise que se apresentam impelem a análises que indicam para um processo de reconfiguração das dinâmicas territoriais, à medida que os processos que historicamente construíram o território são sublimadas pelas mudanças estruturais e de relações entre os atores.

Capítulo 3 – Os elementos da crise e as mudanças do território

Conforme vimos anteriormente, a conjunção dos esforços coletivos de uma determinada sociedade ao longo do tempo, sua capacidade de mediar conflitos e estabelecer relações estáveis, sem negar as relações de poder em seu interior, mas viabilizando-as, fazem emergir um território construído. Uma vez rompida a estabilidade das relações entre os atores, as transformações que se sucedem acabam por romper com a própria condição historicamente construída, conduzindo a caminhos desconhecidos. A esse processo de rompimento da estabilidade relacional entre agricultura familiar e agroindústrias, através de seus elementos de crise, chamamos de mudanças no território. Mior (2003) denomina esse processo com (re)territorialização, quando outros atores começam a disputar o território. Para os limites deste trabalho, utiliza-se a denominação “mudança” como parte da antítese do processo de construção, entendendo que a perda de capital social (não tangível e não transferível) acarreta perdas irreparáveis para o território. As mudanças na agricultura familiar, e nas suas características (conforme vimos anteriormente) têm conseqüências importantes para o território.

A agricultura familiar tem sido historicamente a forma de organização social preponderante na região Oeste de Santa Catarina. Os novos arranjos no cenário econômico mundial, principalmente a partir da década de 1990, resultaram em mudanças significativas na dinâmica das sociedades rurais, sobretudo naquelas altamente integradas aos mercados através das agroindústrias.

Alguns elementos dessa dinâmica têm sido evidenciados em estudos conjunturais e de casos específicos no Oeste catarinense. Se por um lado os progressos técnicos nos sistemas de produção têm avançado, os indicadores sociais e ambientais evidenciam alguns problemas, entre os quais destacam-se o êxodo rural continuado, principalmente de jovens, e dentre esses

as mulheres, provocando um envelhecimento e uma masculinização da população rural (ABRAMOVAY et al, 1998) e conflitos relacionados ao uso da água e ao destino dos dejetos animais. Somado a esses fatores está a demanda constante por investimentos em tecnologia para as estruturas produtivas que tem sido motivo de conflitos entre os avicultores e as agroindústrias.

A seguir serão discutidos brevemente alguns elementos dessa crise, suas possíveis causas e implicações para o conjunto dos avicultores e para a região, com destaque para a crise de reprodução social da agricultura familiar.

3.1 - A necessidade de inovação tecnológica constante

Entre as transformações ocorridas no processo produtivo destacam-se as inovações tecnológicas. A demanda crescente por qualidade de produto especialmente no que tange a sanidade exigiu dos avicultores constantes melhorias nos equipamentos, aumentando os custos e diminuindo a rentabilidade. Ao final deste trabalho (ANEXO B) são apresentados alguns indicadores econômicos elaborados a partir de dados de uma empresa local, no escopo do Projeto Aviter.

Os sucessivos processos de modernização que se dirigem à agricultura fundam-se quase sempre num modelo de desenvolvimento que supere o ex-novo que se tornou tradicional. Cada processo se apresenta como único e válido, negando ou desqualificando as ações e os pressupostos anteriormente dirigidos para a agricultura. Um exemplo significativo foi a crise desencadeada pelos rumores da gripe aviária em escala planetária, em que a região foi fortemente afetada e as medidas preventivas tornaram-se mais rigorosas. A orientação geral das agroindústrias a seus “parceiros” foi para que instalem nos aviários vários equipamentos e instalações, capazes de promover o que os técnicos chamam de “blindagem”.

Entre essas exigências incluem-se o sistema de fornecimento de água automatizado, cercas ao redor do aviário, tela anti-pássaros⁹, arco de desinfecção, escritório e banheiro para higiene dos trabalhadores, entre outras, que, em média representam um custo alto para os avicultores¹⁰. Nesse sentido, é recorrente o discurso entre os avicultores sobre o peso dessas exigências sobre sua atividade econômica. Um exemplo representativo desse discurso pode ser visto nas seguintes declarações de integrados:

“...tem uma tranqueira de equipamento que foi investimento e agora não serve mais pra nada, porque foi mudando com o tempo...[...]”
“...eles sempre pedem pra investir, mal termina de pagar um investimento e quando ia dar lucro tem que investir de novo[...].”
“[...]agora eles pagam mais pra quem investe, mas quando todos tiverem iguais, será que eles vão continuar pagando essa diferença?”
[relato de um avicultor, Chapecó, junho de 2008]

Para ALBA 2002, as empresas têm buscado inovar, no sentido de obter sempre o maior número possível de aves em menor tempo, e também com o menor número de integrados possível, diminuindo os custos com logística (transportes, administrativos). Para isso, todo o sistema de criação das aves tem que estar em constante processo de mudanças no que se refere aos equipamentos e para o próprio funcionamento dos aviários.

3.2 – A estrutura fundiária e a dificuldade de organização política representativa

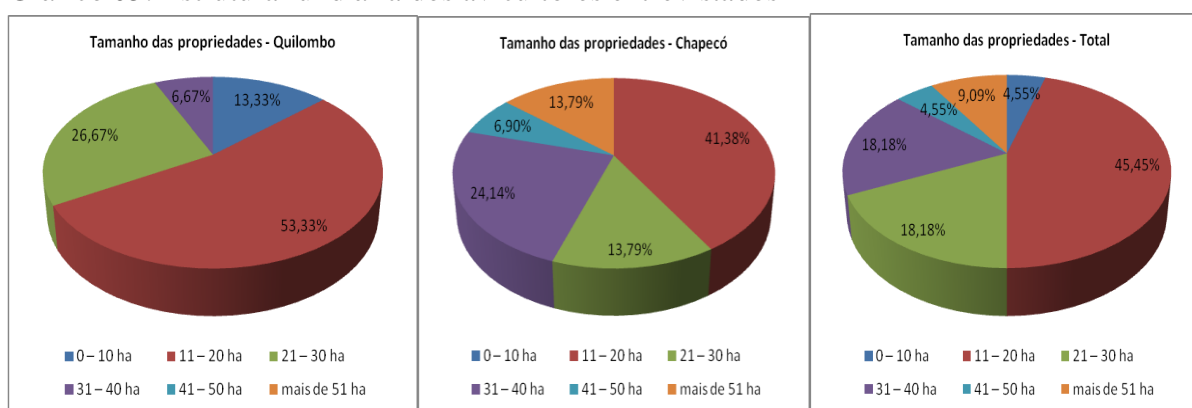
A estrutura fundiária das propriedades dos agricultores familiares no oeste catarinense tem sido uma das grandes vantagens competitivas para as agroindústrias dada a sua pulverização. No gráfico 05 são apresentados os dados referentes a estrutura fundiária dos

⁹ Apesar dos grandes esforços dispensados para evitar o contato dos frangos/perus com aves silvestres, na prática ambos continuam bem próximos. Isso porque as espécies arbóreas (uva-do-japão - *Hovenia dulcis*) utilizadas para fazer sombra aos galpões servem como “dormitório” para inúmeras espécies de aves silvestres devido a grande quantidade de alimento encontrado nos frutos dessas árvores.

¹⁰ As entrevistas revelaram que para um aviário de 100 metros os custos variam de 30 a 70 mil reais.

avicultores entrevistados. Percebe-se que a grande maioria tem áreas menores a 30ha, com destaque para Quilombo onde essa realidade representa 93,33% das propriedades. Uma das explicações possíveis sobre a estrutura fundiária encontrada na região refere-se ao fechamento das fronteiras agrícolas, ficando as propriedades, em sua maioria, com áreas próximas a situação original, onde uma colônia de terra equivalia a aproximadamente 24ha.

Gráfico 05: Estrutura fundiária dos avicultores entrevistados



Fonte: pesquisa de campo

A estrutura agrária pulverizada favorece o controle desse processo pelas agroindústrias, devido a dificuldade de organização dos avicultores em entidades de representação profissional. O sindicato da categoria encontra dificuldades para manter uma relação mais próxima com os avicultores, agindo somente em questões pontuais.

Paradoxalmente, é no Oeste catarinense que surgem os principais movimentos de representação da agricultura familiar brasileira, a exemplo da FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. Essas estruturas representativas exerceram um importante papel na conquista de políticas públicas para a categoria, como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Essa capacidade de organização política dos agricultores familiares de forma geral, fruto do capital social, não é capitalizado pelas organizações representativas dos avicultores.

A dificuldade de organização representativa não significa um comportamento passivo

dos avicultores perante às empresas. As queixas sobre a situação dos integrados são freqüentes. Belato (1985) descreve a tentativa de organização de uma associação representativa e os mecanismos utilizados pela empresa para inviabilizá-la, valendo-se de uma relação desigual de poder.

A figura 07 ilustra um movimento organizado dos avicultores questionando o fechamento de aviários no Rio Grande do Sul, quando, por questões sanitárias, o transporte de animais entre diferentes estados foi dificultado. Argumentavam que, depois de terem feito grandes investimentos foram abandonados pelas agroindústrias. A movimentação ocorreu na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

FIGURA 07 : Notícia: “Avicultor fecha rodovia e pede mais incentivo. Produtor diz que investiu nas granjas e depois foi abandonado”



Fonte: Diário Catarinense 24/11/2006 Foto Raquel Heidrich

3.3 - A questão ambiental

Um novo fator de crise entre os agricultores familiares começa a ganhar força à medida que ganha respaldo na sociedade: a questão ambiental. Alguns dos problemas ambientais da região remontam da exploração intensiva das florestas, realizada pelos primeiros colonizadores. A derrubada da mata nas encostas de morros e a retirada da mata ciliar contribuíram significativamente para o processo de assoreamento dos rios e, indiretamente, para os problemas de abastecimento de água enfrentados na atualidade pela população local.

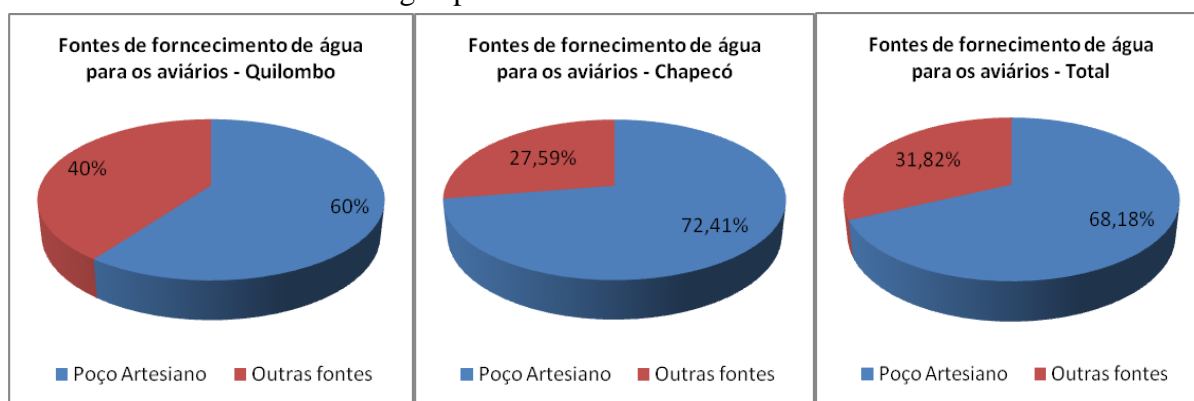
Guivant e Miranda (1999) trataram da construção social do problema ambiental, particularmente na suinocultura. Na avicultura, ainda não existem grandes preocupações quanto aos potenciais riscos ambientais da cadeia avícola ou este ainda não foi elaborado no inconsciente coletivo. Segundo Palhares (2005), na avicultura, os questionamentos ainda não são tão intensos como acontece com a suinocultura, que tem seus modelos produtivos questionados rotineiramente quanto aos impactos ambientais que estes causam, chegando-se até a necessidade de implementação de termos de ajustamento de conduta para aquisição de licenciamento ambiental.

De forma prática, os problemas que os avicultores estão enfrentando advêm da necessidade de licenciamento ambiental de seus empreendimentos, que de certa forma foi impulsionada pelos problemas da suinocultura. Assim, avicultores que tem seus aviários em locais inadequados (a menos de 30 metros dos cursos d'água e estradas a menos de 50 metros de nascentes d'água) não conseguem a licença ambiental e são obrigados a parar as atividades até que façam as adequações previstas na lei. Para os novos empreendimentos, as agroindústrias exigem dos futuros integrados a observação da legislação ambiental, mas pouco tem feito para equacionar os problemas já existentes, ficando os custos econômicos e sociais com o avicultor.

A questão dos dejetos (cama de aviário) não é vista como um possível problema ambiental, mas sim como alternativa economicamente viável para a adubação das lavouras. Esse uso indiscriminado, sem respeitar parâmetros de manejo de fertilidade do solo, constitui-se num problema real e que, no entanto, é negligenciado pela maioria dos avicultores. Além do desequilíbrio de nutrientes no solo, pode causar contaminação dos corpos d'água superficiais e subsuperficiais, principalmente por compostos nitrogenados (PALHARES, 2005).

Os dados coletados a partir das entrevistas mostram que a maioria dos avicultores utilizam águas subsuperficiais para o abastecimento dos aviários (Gráfico 06). Isso se deve a dificuldade de abastecimento contínuo pelos cursos d'água superficiais que, devido as freqüentes estiagens tem sua vazão diminuída consideravelmente.

Gráfico 06: Fornecimento de água para os aviários

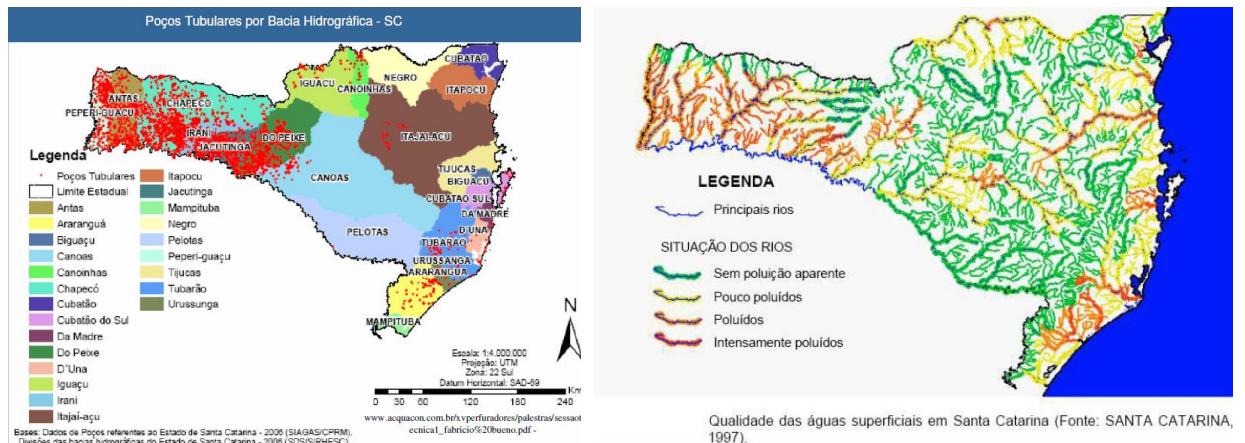


Fonte: pesquisa de campo

As entrevistas demonstraram que 68,18% dos avicultores têm poços artesianos em suas propriedades, sem os quais não poderiam abastecer os aviários. Esse número é maior em Chapecó (72.41%). Conforme foi visto anteriormente, a questão da água não é vista como um problema ambiental, sendo tratada pelos avicultores apenas sob o ponto de vista técnico, como um insumo para a produção, e que, a priori, não tem fim.

A figura abaixo mostra a distribuição de poços tubulares perfurados no Estado de Santa Catarina. A concentração na região oeste demonstra a pressão sobre os recursos hídricos na manutenção do abastecimento de água para os animais, haja vista que é nesse espaço que se concentram o maior número de aviários e granjas de suínos. Os pontos vermelhos no mapa representam os poços perfurados. A figura mostra ainda os diferentes graus de poluição dos cursos d'água superficiais no Estado. Percebe-se que os maiores índices de poluição são encontrados nos rios da região agroindustrial.

FIGURA 08: Pressão sobre os recursos hídricos no estado de Santa Catarina



Fonte: Projeto Rede Guarani Serra Geral SC (2009)

O uso inadequado da água, associado a questões climáticas adversas, tem trazido conseqüências negativas para o Oeste catarinense. As seguidas estiagens (anos de 2008 e 2009 – Figuras 09 e 10) comprometem o abastecimento urbano e rural, onde o Estado, através das prefeituras, arca com os custos de distribuição de água em caminhões pipa para os aviários.

FIGURA 09: Abastecimento de água prejudicado em épocas de eventos climáticos adversos

Clima | 15/04/2009 | 00h11min

Aumenta o número de caminhões-pipa que abastecem o Oeste de Santa Catarina

Veículos são responsáveis pelo transporte de um terço do que é consumido de água em Chapecó

Darci Debona | darci.debona@diario.com.br

Subiu de 35 para 50 o número de caminhões que buscam água no rio Uruguai para abastecer Chapecó. O horário de transporte também foi ampliado e o número de viagens diárias chega a 300, segundo o superintendente regional de negócios da Casan para a região Oeste, Paulo Christ.

Com isso o volume diário de água transportado é de 10 milhões de litros.

— Aumentamos o transporte em 25% — disse Christ.



O número de carretas que diariamente transportam água do Rio Uruguai para abastecer a cidade subiu para 50 nos últimos dias
Foto: Raquel Heidrich

Fonte: Jornal Diário Catarinense: 15 de abril de 2009

FIGURA 10: Notícias de Jornal sobre a estiagem no Oeste catarinense

12/04/2008 | 02h09min

Seca sem fim

Clima

Famílias recebendo água em caminhões-pipa; idosos pelas ruas carregando água; crianças levando água em carrinhos de mão; mulheres tomando banho de bacia e donas de casa lavando salada com caneco. Situações comumente vistas no Nordeste brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 agora, no início de 2008, integram o cenário do Oeste catarinense. Enquanto no Nordeste a população hoje sofre com enchentes, no primeiro trimestre de 2008 choveu, no Oeste de Santa Catarina, 52,2% a menos do que o volume normal. De acordo com levantamento da estação da Epagri em Chapecó, foram apenas 237,6 milímetros em três meses, para uma média histórica de 497,5 milímetros.

A situação agrava-se a cada dia. Somente nas últimas 48 horas, os decretos de emergência saltaram de 32 para 41. Em Seara, que foi o primeiro município a decretar emergência, no começo de fevereiro, a Casan está buscando água no município vizinho de Itá. Mesmo assim a população recebe o líquido somente a cada 36 horas.

Até crianças auxiliam no transporte. Diariamente, Jaciana Pereira carrega 28 litros de água num carrinho de mão, num trajeto de três quadras entre sua casa e a torneira de um poço artesiano no Bairro Cohab. Lenir Ribeiro, moradora do mesmo bairro, vai a cada dois dias na casa de seu pai, no interior do município, para buscar 40 a 50 litros.

12/04/2008 | 02h09min

Caminhões são as visitas mais esperadas

Os caminhões-pipa transformaram-se na salvação para milhares de famílias do Oeste catarinense.

Ilídio Bortolo

Fonte: Jornal Diário Catarinense. 12 de abril de 2008.

Outras questões, como o desmatamento intensivo e a conseqüente transformação da paisagem aos poucos começam a entrar na pauta de discussão dos problemas ambientais elaborada pela sociedade como um todo. A transformação da paisagem no oeste catarinense

deu-se quase que exclusivamente por ação dos agricultores, que desmatavam para abrir suas lavouras e para construir as instalações para a criação de animais. Assim, a medida que esses problemas começam a ganhar espaço na sociedade, a associação natural entre agricultura familiar e sustentabilidade, feita principalmente pelos defensores dessa categoria social, certamente será questionada.

3.4 – Dificuldades na reprodução da mão-de-obra familiar

Aos elementos da crise anteriormente citados, soma-se aquele que talvez seja o mais grave: a dificuldade de reprodução da própria agricultura familiar, gerando a falta de mão-de-obra. Diversos estudos têm apontado para uma crise de reprodução da agricultura familiar no oeste catarinense (ABRAMOVAY et. al. 1998; SILVESTRO et. al. 2001; STROPASOLAS et. al. 2006).

Essa é uma questão que tende a promover uma reconfiguração na produção avícola na região. Uma constante na pesquisa de campo com essa categoria social foram as declarações sobre a incerteza quanto a continuidade da unidade produtiva devido a dificuldade de encontrar um sucessor na família. Pressupunha-se que, devido às melhores condições financeiras, estruturais e técnico-produtivas das famílias de avicultores, a sucessão hereditária seria facilitada, por garantir ao agricultor-filho níveis de vida melhores que a média dos agricultores familiares. Aquilo que fora evidenciado nas pesquisas de Abramovay et al (1998), Silvestro et al (2001) e Stropasolas (2006) entre os agricultores familiares de uma forma geral, não é diferente entre os avicultores, reforçando a tese de que as mudanças sociais e culturais da nova geração, com a valorização de elementos urbanos, tem sido os principais fatores de êxodo rural.

Entre a parcela de agricultores familiares classificados como descapitalizados

(FAO/INCRA), os motivos de saída dos jovens do campo vão além da “atração pelas luzes da cidade”. Percebe-se uma dificuldade maior de reprodução material e a falta de uma política de reorganização fundiária¹¹ (ABRAMOVAY et al 1998).

“os agentes que opõe a mais fraca resistência as forças de atração externas, que percebem mais cedo e melhor que os outros as vantagens associadas à emigração, são os mesmos ligados objetiva e subjetivamente à terra e a casa pelo fato de serem mulheres, filhos caçulas ou pobres” (BOURDIEU, 1979 apud STROPASOLAS, 2006)

A evasão dos jovens do campo segue como uma tendência. Conforme destaca Stropasolas (2006), o jovem busca obter uma identidade social, afirmar-se na sociedade, ser alguém. Os jovens rurais são produto das representações que herdaram de sua família e de seu meio confrontado com as maneiras com que os jovens se descrevem, identificam-se ou mesmo se movem em busca de realização de seus projetos de vida. Projetos de vida que são balizados muitas vezes no insucesso profissional dos pais e na propaganda dos que já saíram e voltam aos finais de semana em condições materiais aparentemente melhores.

Com o desenvolvimento da agroindústria, e a conseqüente subordinação do campo à cidade no processo produtivo, nem todos os agricultores familiares foram necessários para suprir a necessidade de matéria-prima. Muitos, sobretudo os jovens agricultores, sem condições de se reproduzir socialmente na agricultura, seriam mais úteis à cidade, como operários das agroindústrias. Assim, paulatinamente, aqueles que não eram necessários para o funcionamento da cadeia agroindustrial foram deixando o campo, num processo de êxodo, ainda que tardiamente, se comparado com outras regiões onde a agricultura familiar é a organização predominante no rural, onde o êxodo foi mais intenso com décadas de antecedência. Portanto, quando aqui se discute as transformações recentes na cadeia da

11 Uma política de reorganização fundiária permitiria a equalização da diferença entre as famílias proprietárias sem sucessor e aquelas onde a sucessão é inviabilizada por falta de terra para todos os filhos que querem continuar na profissão de agricultores.

avicultura, estamos falando daqueles agricultores familiares que foram até então necessários, os integrados a agroindústria, sem entrar no mérito das transformações mais gerais da agricultura familiar, com suas situações de pobreza e exclusão, bem como a diversidade de alternativas em prol da sua viabilização.

Embora o fator econômico exerça um papel importante, existem fatores culturais que são determinantes na decisão dos jovens em tornarem-se ou não agricultores. Com a melhoria das condições de acesso à educação para filhos de agricultores, ou seja, mais anos na escola, ampliaram-se os horizontes desses jovens. O maior contato com os valores urbanos criaram uma demanda de consumo de bens e serviços quase ausentes no espaço rural. Dessa forma, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, transporte deficitário, dependência econômica, falta de opções de lazer e de tecnologia no meio rural empurram os jovens do campo para as cidades, na ilusão de conseguir melhores condições de vida (melhoria no acesso a serviços básicos: escola, posto de saúde, correios, farmácia, banco, etc.). Soma-se a isso a desagregação do tecido social das comunidades.

Isso explica a dificuldade de encontrar um sucessor para a atividade até mesmo entre as famílias mais capitalizadas, havendo grande preocupação sobre o futuro da atividade na região. O fato do acesso ao estudo conduzir o afastamento do meio rural, reforça a constatação de DURSTON 1996 em que permanece no campo aquele que “la cabeza no le da para mas”.

Quando se trata da construção de um território como o oeste catarinense, e com ele seu capital social, a juventude assume importância ainda maior na agricultura familiar. Segundo Abramovay et. al. (1998), o que caracteriza a Agricultura familiar é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui

um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar. É neste sentido que a agricultura familiar, mesmo nos países capitalistas centrais onde ela perdeu inteiramente seus traços camponeses, pode ser definida pela unidade entre o negócio e a família (ABRAMOVAY et. al, 1998).

A saída dos jovens demonstra a relativização da importância atribuída a dinâmica reunida terra, trabalho e família. Foi sob estas categorias que, historicamente, os agricultores familiares organizaram seus valores, expectativas e representações da vida social, que embasaram suas estratégias para a reprodução social do patrimônio econômico e cultural. (STROPASOLAS, 2006). Com as mudanças em curso a relação com a terra e o trabalho nela são colocadas a prova, mudando as estratégias em relação as gerações anteriores, onde,

No rol das responsabilidades do colono italiano a fundamental delas talvez seja a de 'garantir o futuro', de 'colocar os filhos', ou seja, assegurar-lhes terra para o trabalho, garantindo à geração seguinte a reprodução na mesma condição, no mínimo. Nestas circunstâncias, a terra passa a ser determinante para a formação das novas unidades familiares (RENK, 2006, p. 79).

A busca de trabalho urbano, com finais de semana para descanso e férias remuneradas apontam para o questionamento da *ética do trabalho árduo* existente nas gerações anteriores. Entre os avicultores, em sua grande maioria considerados *colonos fortes*, nem mesmo o grande capital imobilizado em patrimônio é suficiente para estimular a permanência dos jovens. Este capital consiste numa segurança, a ser acessado em caso de necessidade, mas não está mais no centro das possibilidades que definem as escolhas da nova geração.

Não bastasse a dificuldade de reprodução da mão de obra no interior da própria família, a concorrência do emprego urbano industrial dificulta também a obtenção de força de trabalho externa para os aviários, sem contar que, com o baixo rendimento dos lotes, o

sistema de parceria com outras famílias fica dificultado.

O trabalho empírico trouxe a tona alguns conflitos no interior do território, aos quais chamamos de elementos de uma crise. Essa crise de certa forma evidencia uma reconfiguração do modelo avícola de Santa Catarina, atualmente questionado por fatores externos e internos, referindo-se as várias dimensões : sócio econômicas (relação e modelo de integração avicultores / agroindústrias, rentabilidade da atividade); ambiental (dejetos, água, paisagem); sócio técnicos (gripe aviária) e sócio cultural (reprodução social e a questão dos jovens).

É possível afirmar que uma das principais preocupações dos agentes do território, no que tange a sua reprodução social, cultural e econômica, é a questão da reprodução social dos integrados as agroindústrias, particularmente no caso da avicultura. No capítulo seguinte serão tratados assuntos referentes a questão específica da juventude rural e seu papel em relação a avicultura e ao território.

Capítulo 4 - Juventude e território – a reprodução social da agricultura familiar e a formação de uma nova geração de avicultores

Os elementos de crise que foram evidenciados no capítulo anterior remetem a uma pergunta que, em última análise, testa uma das hipóteses levantadas para esse trabalho: como a avicultura tem contribuído para o processo de reprodução da agricultura familiar no oeste catarinense? Conforme veremos, algumas pesquisas com foco na sucessão hereditária na agricultura familiar demonstraram enorme preocupação quanto a possibilidade de reprodução dessa categoria social. E um dos grandes limitadores para a permanência dos jovens no meio rural é a falta de renda, ou uma renda insuficiente. Sendo a avicultura uma atividade que, historicamente construiu um *ethos* do *colono forte*, supunha-se a transferência hereditária da gestão da propriedade avícola seria mais tranqüila.

A opção por aprofundar a análise referente aos jovens rurais deveu-se, também, pela necessidade de gerar informações referenciais que pudessem servir para um comparativo com a situação francesa, dentro dos objetivos do projeto Aviter. Assim, a questão dos jovens rurais ligados a atividade avícola, ou ainda, a reprodução social das populações envolvidas com a avicultura, passam a ser considerados indicadores de sustentabilidade.

4.1 – Os jovens rurais

Mais do que uma classificação etária, pensar a juventude rural implica considerar uma parcela significativa da população rural, cercada por um conjunto de regras e valores sociais e constrangida por projetos que vão além daqueles individuais, geralmente sendo depositário

dos projetos da família para a reprodução social em melhores condições materiais. Esses indivíduos geralmente compõem uma unidade doméstica na condição de filhos, sob a autoridade dos pais.

O conceito de juventude é amplo e não consensual que vai desde a classificação etária a uma construção histórica baseada em conflitos geracionais (WEISHEIMER, 2005; BOURDIEU, 1983). Os jovens são percebidos como parte dos recursos latentes de que a sociedade dispõe, e de seu engajamento depende sua vitalidade. Nesse sentido, o maior ou menor grau desse potencial de mudança é dado por sociedades dinâmicas, enquanto as que buscam conter a juventude podem ser entendidas como sociedades conservadoras e estáticas (MANNHEIM; 1968).

As juventudes rurais brasileiras enfrentam problemas de toda ordem, muitas causadas pela própria lógica do modelo de desenvolvimento agrícola, baseado no alto uso de insumos e tecnologia, na produção em larga escala e dependente de recursos externos às propriedades. Assim, ensino precário, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, transporte deficitário, dependência econômica, falta de opções de lazer e de tecnologia empurram os jovens do campo para as cidades, na ilusão de que conseguirão melhores condições de vida. Uma das causas do inchaço das cidades, do crescimento caótico das favelas e das condições insalubres de vida no meio urbano está na falta de políticas públicas formuladas a partir da realidade do meio rural.

Segundo o IBGE (2000) dos 34 milhões de jovens no Brasil, 17% vivem no meio rural (31% nas regiões metropolitanas e 52% em áreas urbanas). a pesquisa Políticas Públicas de /com/ para Juventude, realizada pela Unesco, mostra que, a partir da década de 70, os jovens rurais foram passando por um processo de transformação significativo, caracterizado, entre outros fatores, pela influência da cultura urbana moderna na constituição da identidade deles e pelo êxodo cada vez mais obrigatório (BRUMER et alli, 2007). A pesquisa da Unesco

resgatada pelos autores mostra que os jovens da zona rural mostram-se menos presentes na escola e mais presentes no mercado de trabalho, sendo que o estado de Santa Catarina apresenta os maiores índices de jovens que só trabalham, 48,2% na zona rural, contra 35,5% no meio urbano. Uma triste constatação é a de que a taxa de analfabetismo nas áreas rurais é de 10%, três vezes maior que a das urbanas (3%).

Dadas as características e especificidades da juventude rural brasileira, estudos recentes apontam dois aspectos que tem chamado a atenção: sua grande participação nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social dessa juventude (WEISHEIMER, 2005). Esses apontamentos indicam que, no período recente, existe um predomínio juvenil no processo migratório rural-urbano brasileiro, com uma participação feminina maior que a masculina, acarretando num envelhecimento e masculinização do meio rural. A situação de invisibilidade a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis da exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão (WEISHEIMER, 2005).

Outrora, não se deixava o povoado e a terra senão por necessidade, e os que partiam eram objeto de um julgamento coletivo reprovador como se o êxodo rural implicasse uma traição dos valores do mundo agrário. A ampliação do espaço social e a transformação da agricultura inverteram em parte a situação. Hoje, os que permanecem na agricultura o fazem porque escolheram, por paixão ou vocação, a agricultura ou então porque não conseguiram partir (CHAMPAGNE, s/d)

A citação de Champagne traduz a situação vivida por grande parte dos agricultores familiares no oeste de Santa Catarina. *“Enquanto no passado, os filhos de agricultores permaneciam maciçamente na agricultura, hoje parecem rejeitar fortemente uma atividade que lhes parece mal remunerada e penosa preferindo os horários fixos e as rendas regulares*

do salário. (CHAMPAGNE, s.d.).

Conforme destaca Champagne, para que haja “instalação” é preciso, que haja um sucessor, isto é, não só um herdeiro, mas – e isto é tão evidente que se acaba por vezes esquecendo-o - um herdeiro que tenha vontade de herdar ou, pelo menos, um filho que aceite submeter-se a uma vontade de continuação manifestada por seus pais. Assim, a sucessão depende bem claramente da presença de filhos e de seu número. Mas depende outro tanto, é sabido, do sexo dos filhos, sendo que as filhas abandonam a agricultura mais precoce e maciçamente do que os rapazes, que são mais ligados ao patrimônio (idem).

Em teoria, para que um empreendimento fosse assumido por uma nova geração, bastaria que fosse economicamente rentável. Como, então, explicar que alguns empreendimentos avícolas do oeste, mesmo sendo considerados rentáveis, encontram-se na situação de incerteza sobre a sucessão hereditária? A nova geração de avicultores não está garantida a priori, devido ao desencantamento do mundo rural para os mais jovens.

4.2 – Uma situação alarmante no Oeste catarinense

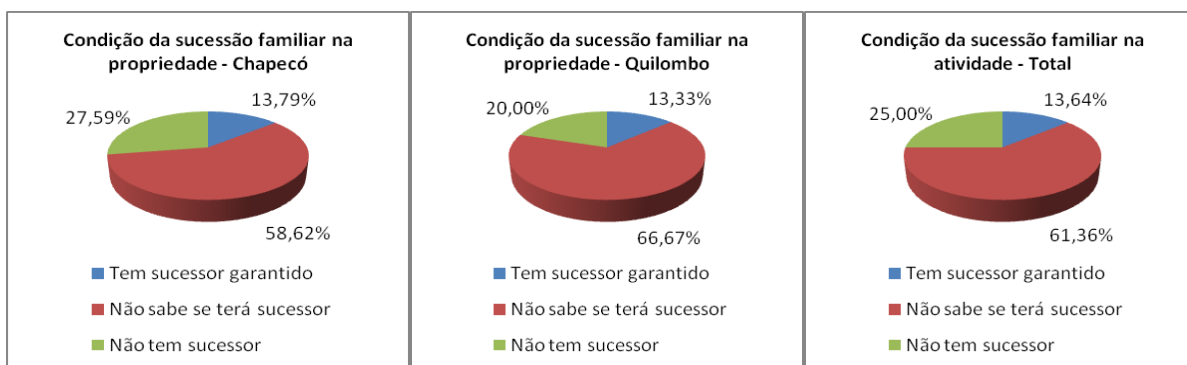
A análise das entrevistas (Gráfico 07) demonstrou que a grande maioria dos avicultores (61,36%) não sabe se terá um sucessor na atividade dentro da própria família. Essa insegurança quanto a reprodução social da agricultura familiar é um dos fenômenos sociológicos mais marcantes das últimas décadas, pois a principal função dessa categoria social, a de produzir novos agricultores, começa a ser questionada. As possibilidades de ocupação alternativa da mão-de-obra familiar, principalmente, em funções urbanas rompem com essa tradição.

O estudo de Silvestro et alli 2001 mostrou que a proporção de estabelecimentos familiares do oeste catarinense sem o registro de jovens em seu interior chega a 12%. Entre os

avicultores entrevistados para o presente estudo, 25% afirmaram não ter um sucessor garantido na família.

A parcela daqueles que afirmaram, com certeza, ter um sucessor garantido na família foi de apenas 13,64%. Embora esses sejam dados de uma amostra pequena dos avicultores catarinenses, chama a atenção o estado de incerteza da maioria dos entrevistados.

Gráfico 07: Existência de sucessor na família



Fonte: pesquisa de campo

4.3 – Os principais fatores que influenciam as tomadas de decisões dos jovens: entre ficar e sair!

A pesquisa trouxe elementos que permitiram questionar a afirmação de que a posse de um grande montante de capital pelas famílias de avicultores seria um atrativo para a permanência dos jovens no campo. Muitas vezes, justamente por serem mais capitalizados puderam oportunizar melhores condições de estudo para os filhos que, analisando o custo de oportunidade de sua mão-de-obra, preferiram ocupações urbanas mais rentáveis.

“O filho mais velho se formou em administração, tem escritório na cidade com um colega dele. A filha casou e mora na cidade, o marido dela tem oficina” (relato de avicultor, Quilombo, agosto de 2008)

Em muitos casos, a saída dos jovens se dá numa busca de independência no intuito de

superar o conflito com o pai-patrão. Mesmo com o grande capital imobilizado nas instalações para o jovem a possibilidade de retorno imediato de seu trabalho o impele a ser operário na cidade, negando sua formação profissional como agricultor.

O fato de trabalhar fora, ter todo final de mês o seu dinheiro, a liberdade e a independência financeira que ele gera, para comprar a sua roupa, ou utensílios de uso pessoal, sem ter que o ficar pedindo ao pai para pagar a entrada no baile, embora possam parecer coisas simples para quem as vê de fora, revestem-se de grande importância no processo decisório que define as opções de ir ou ficar (STROPASOLAS, 2006)

Conforme destaca Champagne (s/d), a ampliação morfológica do espaço social dos agricultores não teria, talvez, tido efeitos tão destrutivos sobre a representação que faziam de si mesmos se a emigração de um número significativo de membros de sua família e a frequência de seus retornos ao povoado não tivessem, de alguma maneira, deteriorado desde dentro suas evidências. Com efeito, o que dá toda sua força às comparações que os agricultores tendem a estabelecer com as outras categorias sociais reside no fato de que, longe de serem abstratas e impessoais, estas são mediatizadas ou, em todo caso, reduplicadas pelo grupo familiar. As trajetórias sociais, fora da agricultura, de pais (tios, primos e, sobretudo, irmãos e irmãs) inscrevem, no próprio seio da família, a comparação entre os que partiram e os que ficaram na terra. As relações familiares constituem uma mediação particularmente importante entre, de um lado a posição social ocupada pelos indivíduos bem como a maneira como a ocupam e, de outro, o conjunto das posições possíveis do espaço social. A trajetória social de um irmão ou de uma irmã é um ponto de comparação obrigatório, a evocação de um destino ao qual se escapou (quando ela é mais baixa) ou de uma posição possível, mas não realizada (quando ela é mais alta). Sabe-se que efeitos desestruturantes sobre os valores próprios do grupo familiar ou da comunidade de origem exercem os migrantes, especialmente quando estes se tornam mais numerosos do que os que permanecem.

O migrante, queira ele ou não, e muito freqüentemente ele o deseja conscientemente, cria a dúvida naqueles que não partem. Onde todos visam apenas fazer um lugar para si no grupo local, ele impõe uma alternativa e quebra as evidências e a segurança que elas propiciam. Esta ação dos migrantes tornou-se ainda mais forte hoje porque as facilidades maiores de comunicação e, em particular, a difusão do automóvel provocaram uma multiplicação dos contatos entre os agricultores e os membros de sua família que partiram como assalariados e que, durante as férias e os fins-de-semana, retornam ao povoado e, por provocação, como que para justificar que tiveram razão ao partir, exibem as vantagens (reais ou fictícias) de sua nova condição (férias remuneradas, auxílio-doença, rendas regulares, conforto, etc.).

A pesquisa realizada por Silvestro et ali 2001 constatou que 69% dos rapazes e 32% das moças manifestaram o desejo de organizar suas vidas profissionais em torno da gestão de uma unidade produtiva agropecuária. Segundo os autores, esses são jovens que adquiriram experiência de gestão do negócio familiar, que conhecem as principais técnicas produtivas e os mais importantes canais de obtenção de financiamentos e acesso aos mercados.

Ainda sobre essa pesquisa, os autores destacam que é nos frigoríficos de alguns municípios da região que os filhos dos agricultores buscam emprego, geralmente como operários, com uma remuneração variando de 2 a 3 salários mínimos por mês. Destacam ainda, o fato desses jovens deixarem de residir na propriedade dos pais e se transferirem para a cidade, morando em pensões ou casas familiares. (idem pag.29)

No que tange a agricultura familiar de modo geral a pesquisa de Silvestro et ali 2001 mostrou que há um descompasso entre a demanda por terra dos jovens que vivem no meio rural e nele desejam permanecer e a oferta das propriedades que não tem sucessores, inexistindo políticas fundiárias que conciliem tal situação. Cria-se com a falta de sucessor em muitas propriedades um mercado de terras que favorece a transformação da unidade produtiva

agropecuária em chácara de final de semana, comprada por indivíduos urbanos de suficiente poder aquisitivo.

A saída de jovens do meio rural, que somado ao êxodo das famílias de agricultores descapitalizados promovem a desestruturação do tecido social dessas comunidades, alimentam um círculo vicioso à medida que o isolamento social daqueles que ficam torna esse ambiente pouco atrativo. A permanência no meio rural de jovens de baixa escolaridade contrasta com a saída daqueles com maiores oportunidades de acesso a formação escolar. Esta situação segundo Silvestro et ali 2001, compromete o próprio exercício de cidadania daqueles que ficam, na medida que não conseguem sequer ter acesso aos direitos legalmente constituídos. Cria-se um paradoxo referente a escola formal e a formação profissional: ao que parece, estudar significa buscar uma profissão alternativa a de agricultor.

Em outra pesquisa, desenvolvida na região por Brumer et alli (2007) pode-se verificar a situação diferenciada de alguns jovens que ainda permanecem no meio rural. Segundo os autores, as residências dos jovens entrevistados são relativamente bem equipadas, uma vez que mais de 90% delas contam com geladeira (98,3%), freezer (96,6%), TV colorida (93,1%), máquina de lavar roupa (91,4%), e banheiro dentro de casa (91,4%). Em proporção menor, cerca de 2/3 dos jovens possuem os itens que dizem respeito à comunicação e à mobilidade: antena parabólica (67,2%), telefone fixo (69%) e/ou celular (48,3%), automóvel da família (70,7%), que requerem disponibilidade de recursos para sua aquisição e manutenção. Dois itens aparecem com frequência menor nas residências dos jovens: forno de microondas (25,9%) e computador (25,8%).

4.4 – Os jovens e a avicultura

Depreende-se da teoria de Chayanov, sobre a relação de equilíbrio entre trabalho e

consumo, o caráter indivisível da atividade familiar como elemento explicativo da família camponesa. Assim, a produção é o retorno da atividade de toda a família. Esse fator pode liberar força de trabalho para fora da unidade familiar quando parte dela for excedente, ou introduzir mudanças tecnológicas como estratégias para compensar a escassez de força de trabalho.

Na avicultura integrada do oeste catarinense, existem evidências que apontam para o fim dos excedentes de força de trabalho na unidade familiar de produção. As entrevistas de campo apontam para uma falta de mão-de-obra, principalmente devido a saída dos mais jovens.

A mudança no padrão tecnológico, no caso específico da avicultura, é resultado de uma pressão externa feita pelas empresas integradoras. Essa mudança está mais relacionada às necessidades de quantidade e qualidade de matéria-prima (frangos) para as empresas do que alguma estratégia própria da família para compensar a perda (saída) de parte de sua força de trabalho. Essas mudanças geralmente são onerosas, de difícil assimilação por famílias já descapitalizadas.

Diferentemente do que nos relataram os “antigos” avicultores, sobre o status da atividade, os mais jovens não julgam melhor sua situação permanecendo no campo, como avicultores. Muitas vezes, se submetem a extensas jornadas de trabalho na cidade, com baixos salários, para poderem viver de forma diferente a vida no campo, vista de forma pejorativa.

Com relação as moças, Stropasolas (2006) trouxe recentemente a tona um tema que também fora discutido por Malassis em relação a França da metade do século passado

“as mulheres sofriam, sem dúvida, mais do que os homens as condições de vida ligadas ao trabalho camponês. Numerosas moças só aceitavam ficar na terra com a condição de mudar de vida. Foram assim o fermento da grande revolução que o mundo camponês conhecerá depois da Segunda Guerra Mundial” (Malassis, 2003 p. 100)

As entrevistas revelaram uma dificuldade para manter os filhos no campo depois que estes “saem” para estudar na cidade. Estes quando saem entram em contato com um conjunto de valores e significados que lhe eram estranhos no mundo rural, e acabam por vislumbrar numa vida urbana a superação de certos limites que o mundo rural os impunha. Além da escola, o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação serviram para expor os habitantes do mundo rural ao mundo globalizado.

“[...] a filha mais velha tá na cidade. Tava fazendo faculdade e trancou. Agora ela tá fazendo um curso técnico (...) essa não volta mais. E o piá tá na 8ª série. Mas tá difícil de fazer ele se acostumar com essa lida”
[relato de um avicultor, Chapecó, agosto de 2008]

E outro avicultor declarava que

“[...] meu piá tava estudando no SENAC, fazia técnico em montagem de redes de computadores... ele teve de parar de estudar porque não tinha internet aqui. Os professores mandavam tudo pela internet e o coitado não tinha como ver aqui [...] essa profissão é pra cidade”
[avicultor, Chapecó, julho de 2008]

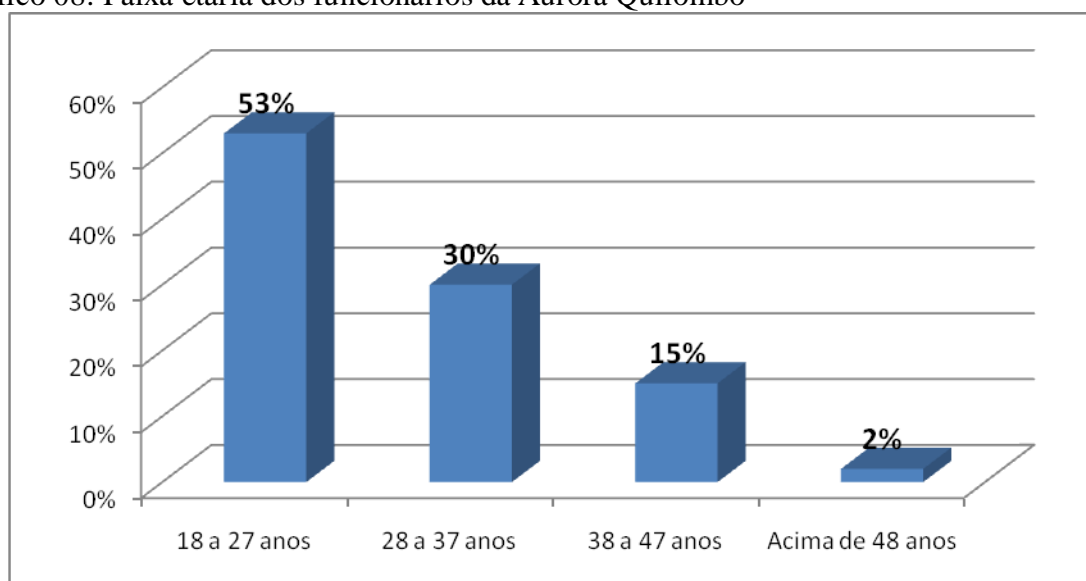
Conforme destaca Champagne (s/d), aos efeitos desestruturantes, sobre a identidade rural, da ampliação dos espaços sociais, relativizadora dos pontos de vista, e da emigração, que perturba as crenças, somaram-se os que são exercidos diretamente sobre os filhos por intermédio da escola. Nas zonas rurais, outrora subescolarizadas, onde predominavam a aprendizagem nos próprios locais de trabalho e a transmissão dos saberes por lenta impregnação, o prolongamento da escolarização nos colégios modificou a relação dos filhos com o saber e transtornou as relações de poder no interior do grupo doméstico. A escola contribui, na verdade, para solapar os alicerces da autoridade tradicional dos pais, inculcando em seus filhos saberes certificados que transtornam as hierarquias de competência localmente estabelecidas, desvalorizam os saberes antigos e seu modo de transmissão, modificam, em

todo caso, a relação que os jovens entretêm com o trabalho manual.

Com isso, a situação que se apresenta entre os avicultores no oeste catarinense, mais do que uma crise de sucessão, revela indícios de uma revolução cultural no seio de toda a agricultura familiar, que não poderá mais ser relegada a segundo plano nas estratégias do Estado e das empresas integradoras. Nem de longe a própria agricultura familiar será capaz de resolver essa questão.

Um contraponto a esse processo aparece no município de Quilombo. No município, apesar das reclamações quanto à diminuição dos rendimentos, a instalação de uma grande agroindústria no município trouxe esperança de melhores condições para as famílias rurais. Os dados fornecidos pela agroindústria local mostram que se criou um forte mercado de trabalho para a juventude da região.

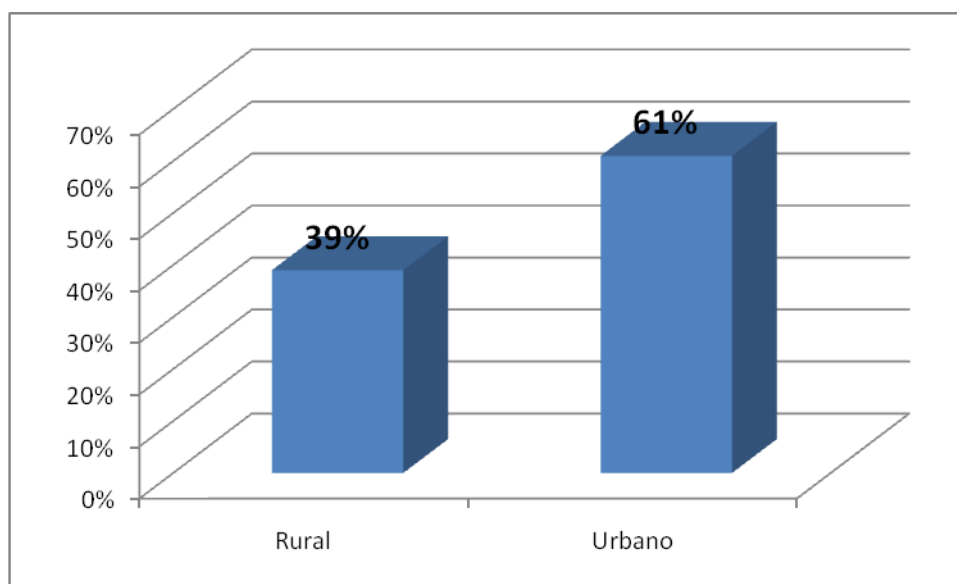
Gráfico 08: Faixa etária dos funcionários da Aurora Quilombo



Fonte: Aurora Quilombo (2008)

Os dados mostram também que boa parte desses jovens são rurais, e seguem morando nas comunidades rurais, mesmo trabalhando na empresa. Dos 1436 operários, 561 (39%) residiam no campo.

Gráfico 09: Local de residência dos trabalhadores da Aurora Quilombo



Fonte: Aurora Quilombo (2008)

Nesse município rural, a instalação de uma agroindústria serviu para criar um mercado de trabalho para os filhos de agricultores familiares, que, seguiram o caminho da cidade, buscando independência financeira, e continuaram vivendo no espaço rural, evitando que a destruição do tecido social das comunidades se acentue. Infelizmente não temos a informação de quantos desses jovens são filhos de avicultores.

Neste capítulo tratamos de analisar mais detalhadamente um dos elementos de crise que desafiam os atores sociais no Oeste catarinense: a questão da juventude rural. A ênfase dada a essa questão, dedicando um capítulo inteiro para discussão, deve-se a relevância do assunto, pois toca numa questão central para toda a cadeia produtiva da avicultura em Santa Catarina: quem serão os novos avicultores.

A vivência dos elementos da crise, em maior ou menor grau de intensidade, pelos atores sociais no território acarretou num processo de diferenciação social dos avicultores, de acordo com suas possibilidades de contornar os desafios apresentados. Com isto, procuramos

classificar os avicultores em grupos minimamente homogêneos, resultando nas categorias que serão apresentadas no capítulo seguinte. A situação expressa em cada uma das categorias pode ser útil na medida em que serve de subsídio para pensar formas de desenvolvimento mais adaptadas as diferentes realidades.

Capítulo 5 – O processo de diferenciação interna dos avicultores e as categorias emergentes

Buscar compreender como avicultura e no território influenciam-se mutuamente, num processo dinâmico, requer o exercício da abstração, no sentido de tentar visualizar alguns elementos desse processo que não estão dados, e sim sendo construídos a medida que essa relação dialética avança. O conjunto das informações levantadas durante a investigação desafiam a própria proposta de pesquisa no sentido de propor algumas categorizações, subdividindo os avicultores em categorias minimamente homogêneas, capazes de fornecer indícios de possíveis caminhos que por ventura possam seguir.

Salienta-se que esse é um mero exercício classificatório, mas de grande importância para a compreensão da situação em que vivem hoje os avicultores oestinos. Essa é apenas uma das formas de compreender o que se passa entre esses atores sociais no oeste catarinense, muito particular da visão do observador, e é possível que incorra em sobrevalorização de alguma categoria em detrimento de outra, mas, na medida do possível, procurou-se manter um equilíbrio. Certo é que, se existisse um nível maior de detalhamento de um conjunto maior de informações, essas categorias homogêneas poderiam indicar com maior fidelidade os cenários para a avicultura no oeste catarinense.

A partir desse contexto percebido na avicultura da região Oeste de Santa Catarina diferentes cenários puderam ser visualizados. Os dados de nossa pesquisa de campo nos permitem estabelecer uma classificação entre os avicultores, de acordo com suas características médias observadas. Arbitramos as nomenclaturas de Avicultores Familiares Tradicionais, Avicultores Familiares Profissionais e Avicultores Empresariais. Para uma melhor compreensão, começaremos expondo a situação de uma categoria também importante,

a dos ex-avicultores.

Ao final de cada tópico é apresentado um BOX construído a partir da realidade verificada a campo, como exemplo representativo de cada uma das categorias, com a ressalva de que, entre o exemplo apresentado e a realidade do conjunto dos avicultores existem grandes variações, assim como fica difícil estabelecer os limites entre uma categoria e outra.

5.1 – Os ex-avicultores

Quando das primeiras entrevistas, para a reconstrução da trajetória da avicultura na região, alguns agricultores que não estavam mais na atividade contribuíram com seus depoimentos sobre o porquê de sua saída, e isso contribuiu enormemente para a caracterização daqueles que aqui chamamos de ex-avicultores. A partir do conjunto das informações por eles fornecidas, somadas àquelas obtidas nas conversas com os próprios avicultores, que se referiam constantemente a vizinhos, parentes e amigos desistentes da atividade, foi possível levantar volume considerável de informações que pudessem traçar o perfil dessa categoria. Optou-se pela inclusão da análise destes para procurar entender os motivos que os levaram a sair da atividade.

FIGURA 11: Avicultor desmanchando seu aviário após desistir da atividade



Fonte: pesquisa de campo

Percebeu-se que, mais do que representar uma alternativa promissora de renda, a avicultura era cercada de um conjunto de significados simbólicos. O *status* de ser avicultor é lembrado por um ex-avicultor num tom de nostalgia: “*naquela época quem era avicultor era o seu fulano.*”

Os relatos nos mostram que a avicultura era uma atividade que demandava muita mão de obra, e essa era predominantemente familiar. A atividade rentável significava para as famílias de agricultores uma oportunidade interessante para “colocar os filhos”, haja vista que numa região de minifúndios, as fronteiras agrícolas desde o início se viram limitadas.

“desde 1983 nós tinha aviário. Compramos a terra com o aviário pronto, tava parado. Há dez anos nós vendemos e compramos um imóvel na cidade, que tá alugado pra uma oficina. Dá mais que o aviário”(..) “*na época que tinha aviário nós se saímos super bem. Construímos essa casa. Construímos as instalações. Compramos trator. Mas no final não dava mais nada. Mas quase tudo que temos conseguimos com aviário*”[avicultor de Chapecó, setembro de 2008]

De forma geral, esses são os chamados “colonos fortes”, ou seja, agricultores familiares capitalizados que aproveitaram bem o período favorável para acumulação de capital na atividade avícola e, com a diminuição dos rendimentos, se lançaram em novas atividades, vistas como melhores.

BOX 02: O ex-avicultor

O avicultor R.F. é casado e tem quatro filhos. Todos saíram da propriedade e vivem na cidade. Um deles é formado em agronomia. Possui uma área de terra de 32ha e trabalha atualmente com vaca de leite, ordenhando 26 vacas. Mora numa residência grande e confortável, tem um carro semi-novo na garagem e declarou-se sem dívidas.

Trabalhou quase 30 anos na atividade. Tinha dois aviários e que foram desmanchados e vendidos para um vizinho. Lembra dos bons rendimentos que obtinha no início da atividade e relata que o patrimônio que conseguiu acumular durante a vida deve-se quase que exclusivamente a avicultura. Relata com orgulho que chegou a “tirar” o primeiro lugar, sendo considerado o melhor integrado da empresa. Reclama que nos últimos anos “precisava pagar pra trabalhar”, referindo-se a diminuição de rendimentos. Conta que num certo dia o filho agrônomo discutiu com o técnico da empresa quanto a condução do lote, e esse foi o fato que limitou a permanência na atividade.

Atualmente trabalha na propriedade com a esposa e com uma família “agregada” que auxilia nas atividades, principalmente no manejo das pastagens e das vacas.

5.2 – Os avicultores familiares tradicionais

Conforme vimos no capítulo XX a avicultura é uma atividade de fundamental importância na própria construção do território. Sua ligação com a agricultura familiar é tida como um dos principais fatores do desenvolvimento regional, principalmente na construção e afirmação do complexo agroindustrial como um todo. Essa associação, porém, apresentava-se como sendo com a categoria generalista “agricultores familiares”, desconsiderando a heterogeneidade existente entre eles.

Para os objetivos deste estudo, são chamados aqui de tradicionais os agricultores familiares que tem na avicultura mais uma de suas atividades. Na maior parte dos casos, são integrados há bastante tempo. O perfil desses avicultores mostra que praticam a gestão da propriedade de forma não profissional, sem controles contábeis e com muitas incertezas com relação aos rendimentos dos lotes de aves entregues às agroindústrias. Muitas vezes, a percepção que estes têm da atividade avícola no presente é condicionada por um passado avaliado como melhor. Conforme relato de técnicos

“esse pessoal da avicultura de vinte anos ou mais é complicado. Eles não querem fazer o que precisa. Com os mais novos teve uma facilidade maior. Depende muito da cultura. Região com menos de 10 anos o número de reclamações é muito menor.”

(...)

“esses mais antigos, são pessoas que não admitem o que o técnico fala, ele acha que tem que ser do jeito dele, não cuida direito a temperatura e a ração. O cara que começa numa região antiga já começa com as reclamações. Eles se contaminaram com os mais antigos. Tem uns com faculdade, já nasceu contaminado. Fez TCC querendo provar que um aviário antigo era mais rentável que um aviário automatizado” [técnico de empresa, Chapecó, maio de 2008]

FIGURA 12: Foto de um aviário de mais de 20 anos



Fonte: pesquisa de campo

Muitos dos avicultores classificados nessa categoria vivem um momento de transição. Dadas as exigências das agroindústrias, em termos de modernização e melhoria das estruturas, estão tendo que escolher entre dois caminhos: sair da atividade, por não poder arcar com os altos custos, por não querer arriscar contraindo dívidas; ou continuar, seguindo os padrões de produção exigidos pela agroindústria. Estes últimos tendem a se tornarem avicultores mais empresariais, conforme discutiremos a seguir.

BOX 03: O avicultor familiar tradicional

Numa área de 32 ha o avicultor L.P. tem um aviário de 75 metros. Está na segunda empresa. Há 21 anos construiu um aviário de 50 metros, e quando a primeira exigiu que fosse ampliado seu aviário para 100 metros decidiu parar. Após dois anos assinou um contrato de parceria com outra empresa, aumentando suas instalações em 25 metros.

É casado, tem 2 filhos que continuam na propriedade e que decidiram permanecer no campo pela baixa escolaridade. O mais velho, com 21 anos estudou até a 8ª série e o mais novo, de 16 parou na 7ª e pensa em terminar seus estudos no sistema de Educação de Jovens e Adultos.

Seu aviário não é automatizado e afirmou que quando exigirem dele os investimentos referentes a blindagem sanitária do aviário vai abandonar a atividade e ampliar o número de vacas de leite, que hoje somam 17.

Possui junto a mesma empresa um chiqueiro de terminação de suínos e diz que gosta de trabalhar com várias atividades porque “*quando uma vai mal, a outra vai melhor e dá pra ir levando*”. Além das criações animais, possui uma área de lavoura, onde produz grãos, principalmente milho e soja.

5.3 – O avicultores familiares profissionais

O processo de diferenciação interna que se desenvolveu silenciosamente entre os agricultores familiares fez emergir um novo perfil de agricultor familiar: o moderno. Para Abramovay (1992) o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista, com forte dinamismo técnico e capacidade de inovação.

Entre os avicultores entrevistados foi possível identificar um perfil muito próximo das características descritas acima. Geralmente famílias mais jovens, esses agricultores familiares assimilaram as exigências das empresas integradoras e trabalham na avicultura num sistema empresarial, com um controle contábil mais apurado.

Um fator a ser ressaltado quando se discute essa categoria é o nível de profissionalização que assumem. A maioria procura entender o processo produtivo em todas as suas fases e para isso buscam espaços de capacitação profissional, planejando sua reprodução no campo

“... digo pros meus filhos... vamos pensar em ter qualidade de vida aqui no campo... porque renda a gente tem com as nossas coisas...”

(...)

“... na nossa região tem aumentado o número de aviários, mas tem muita gente que parou... principalmente aqueles que necessitavam de mão-de-obra externa...” [avicultor, Chapecó, julho de 2008]

Conforme a declaração acima, a mão-de-obra é um elemento que preocupa os avicultores da região, e é ponto fundamental na hora de decidir ampliar suas estruturas produtivas ou manter o mesmo nível produtivo. Muitas dessas famílias trabalham num sistema de parceria com outras famílias, pagando parte da renda para quem “cuida” do aviário. As entrevistas revelaram que a renda paga para as famílias “agregadas” gira em torno de 20% do valor líquido do lote.

Mesmo assim, com a concorrência do emprego urbano industrial, existe grande dificuldade de encontrar mão-de-obra. E, com o baixo rendimento dos lotes, o sistema de parceria com outras famílias fica comprometido.

BOX 04: O avicultor familiar profissional

O avicultor A.S. é casado e tem dois filhos. Um rapaz de 13 anos e uma menina de 09. Numa área de 17 ha desenvolve atividades diversificadas. Tem um aviário de 100 metros, onde cria perus no sistema de integração com a empresa Sadia. Recebeu prêmios (e exhibe com orgulho os troféus) de melhor produtor do mês e da semana, pelos resultados obtidos com um lote de aves no ano de 2007. Mantém um controle contábil rigoroso e detalhado das atividades realizadas. Faz fluxo de caixa e monitora indicadores técnicos e econômicos da atividade. Conseguiu junto a empresa mais uma “vaga” para integração, e em breve começará a construção de um segundo aviário. Nas planilhas e gráficos que mantém atualizados, ele mostra os resultados positivos que tem obtidos nos últimos lotes. É criador de aves há cinco anos. Fala com certo orgulho que foi um dos primeiros avicultores a instalar a tela anti-pássaros e o arco de desinfecção na entrada do aviário, e que o investimento valeu a pena pelo fato da empresa pagar os 25% a mais por cada lote.

É associado da cooperativa, a qual o proporcionou um curso de gestão rural – Qualidade Total, em parceria com o SEBRAE. Foram seis meses de curso com ênfase na racionalização e otimização dos recursos disponíveis, com métodos de administração. Mostra os materiais didáticos que ainda o apóiam. Tem um chiqueiro onde cria porcos em parceria com seu irmão e vizinho. Tem sua propriedade licenciada pelo órgão ambiental, esando dentro das exigências legais, inclusive com a averbação da Reserva Legal.

Foi produtor de fumo, atividade abandonada, segundo ele, pelo excesso de trabalho que exigia. Restam as instalações. Tem um trator de porte médio novo, com uma semeadora de soja e milho também novos, ambos em sociedade com o irmão.

As atividades no aviário são desenvolvidas principalmente pela mulher e pelo filho. Exerce atividades na comunidade, como membro da diretoria da Igreja e da Associação de pais e professores da Escola. É membro do Clube Amigos do Solo, onde, juntamente com 15 outras famílias desenvolvem atividades de formação referentes a conservação do solo, nutrição familiar, saúde, entre outras.

Há seis meses comprou uma casa na cidade, próxima a universidade, a qual aluga, e pensa na instalação dos filhos quando esses ingressarem na universidade.

5.4 – Os avicultores empresariais

Geralmente empresários urbanos que vêm na atividade agropecuária uma boa oportunidade de investimento. Na maior parte trabalham com famílias “agregadas”, conforme descrito anteriormente. Alguns trabalham com trabalhadores assalariados. São avicultores que possuem 4 ou mais aviários, trabalhando com alta tecnologia e com estrutura financeira capaz de suportar o lento retorno do capital investido. Em um dos casos, o produtor possuía 18 aviários.

Ao que parece, esses são em número bastante reduzido. A pesquisa de campo não foi capaz de quantificar essa categoria, mas as observações exploratórias apontam para um número reduzido. Mesmo assim, representam um elo importante da cadeia, principalmente por um maior poder de negociação com as empresas integradoras.

FIGURA 13: Foto de uma propriedade rural gerida como uma empresa avícola



Fonte: pesquisa de campo

BOX 04: O avicultor empresarial

O avicultor C.C. vê essa atividade como uma empresa. Com sete aviários produzindo perus, mantém duas famílias de agregados e mais três empregados assalariados permanentes. Não reside no local onde estão instalados os aviários. Entrou na atividade há seis anos atraído pela possibilidade de bons rendimentos. Construiu primeiramente quatro aviários e há pouco concluiu outros três.

Filho de agricultores conseguiu acumular capital no ramo da exploração madeireira, através de uma serraria que herdou de seu pai. Atualmente possui outras duas serrarias e uma loja de materiais de construção, onde vende principalmente produtos madeiráveis, entre os quais madeira para a construção de aviários.

Vive na cidade e suas duas filhas são urbanas. Ambas trabalham na loja juntamente com a mãe.

Hoje reclama da diminuição dos rendimentos dos aviários. Relata que chegou a faturar uma média de 11 mil reais de cada aviário e atualmente, dos quatro mais antigos fatura 28 mil reais ao todo. Reclama também dos grandes investimentos que teve que fazer e do grande consumo de energia requerido pela automatização dos aviários. Antigamente pagava cerca de 200 reais de energia, chegando esse valor hoje a 700 reais. Apesar disso, vê a atividade com boas perspectivas.

6 – Considerações finais e conclusões

A proposta deste trabalho foi de analisar como a relação mantida com as agroindústrias, através da atividade da avicultura, influencia na dinâmica de reprodução dos agricultores familiares no Oeste Catarinense e quais são as implicações dessa relação para o território. Ainda que de forma incipiente e certamente incompleta, buscou-se representar aqui o rico processo social que envolve um grupo característico de agricultores familiares, ligados entre si por relações profissionais na produção de matérias primas para a agroindústria, particularmente na cadeia da avicultura.

Para o exercício de compreender tais relações foi preciso inicialmente reconstituir alguns traços importantes na ocupação do espaço e na construção do território no oeste catarinense. Buscou-se compreender, a priori, como se deram historicamente as relações entre agricultura familiar e a agroindústrias, particularmente no caso da avicultura.

A atividade avícola exerceu, e continua exercendo, papel de destaque na construção do território, tendo como protagonistas as agroindústrias e seus interesses de um lado e os agricultores familiares e suas lutas de outro. As lutas que aqui são referenciadas dizem respeito aos desafios aos quais foram submetidos esses atores sociais no desenrolar de sua própria história. Uma luta na maioria das vezes desigual e que nem de longe evitou o agravamento de contradições no cenário em que se efetivam. Exemplos dessas contradições aparecem na forma de elementos de uma crise que ganha espaço e que, em última instância, questiona a capacidade de reprodução social dessa categoria social. Buscou-se aqui apontar alguns elementos dessa crise e de que forma eles atingem os agricultores familiares no oeste, contrastando elementos mais gerais da discussão contemporânea sobre reprodução dessa categoria social na região com dados empíricos coletados em pesquisa de campo.

Embora não se possa falar de uma crise nas relações entre avicultura, agricultores familiares e território, alguns elementos de crise ganham destaque. De fato, percebeu-se que a

região Oeste de Santa Catarina vive um momento de transformações substanciais em suas estruturas organizacionais. Embora a discussão sobre as contradições do sistema agroindustrial tenham sido levantadas por alguns pesquisadores, este tema ainda não recebeu o devido espaço nas agendas dos *policymakers*, dos “homens do Estado” com poder de intervenção nas economias regionais.

Alguns elementos da crise que se desenha foram apresentados nesse trabalho, indo ao encontro a tese de que profundas transformações estão em curso no ambiente cultural em que vivem as populações rurais baseadas no trabalho agrícola familiar. No entanto, a observação empírica aliada a análise de dados estatísticos permite afirmar que a agricultura familiar segue sendo a força de trabalho preponderante na atividade avícola no Oeste de Santa Catarina.

A análise dos dados observados permitiu a diferenciação dos avicultores em diferentes tipos, mesmo que esse exercício classificatório seja arbitrário. Separou-se os tipos sociais da avicultura dos locais estudados em Ex-avicultores, Avicultores Familiares (tradicionais ou profissionais) e Avicultores empresariais. A caracterização de cada um desses tipos traz elementos que podem contribuir no desenho de cenários futuros para a atividade na região. O momento de transformações que ocorrem entre os avicultores é resultado da conjunção de fatores que aqui foram vistos separadamente.

A crise sanitária vivida pela atividade avícola no início dos anos 2000 serviu de base para que as agroindústrias estabelecessem um conjunto de regras que obrigatoriamente devem ser seguidas pelos avicultores, visando evitar possíveis problemas dessa natureza. A adequação a esse conjunto de exigências (arco de desinfecção, tela anti-pássaros, cercamento dos aviários, etc.), vistos no item 2.5 deste trabalho, trouxe a condição de impossibilidade de seguir na atividade para aqueles avicultores que não podiam ou não queriam arcar com os custos de tais instalações. Percebeu-se uma reação diferenciada de cada tipo de avicultor a essas exigências. Aqueles que tinham como referência os rendimentos do início da atividade

(ex-avicultores ou avicultores familiares tradicionais) mostraram-se refratários a essas condicionantes, diferentemente dos avicultores familiares profissionalizados, mais recentes na atividade, e também os empresariais, que internalizaram esses custos no planejamento de sua manutenção na atividade.

Os avicultores que deixaram a atividade (ex-avicultores) foram uma categoria de análise importante para as conclusões desse trabalho, pela riqueza das informações por eles transmitidas, sendo estes a história viva da avicultura na região. Geralmente eram agricultores familiares capitalizados, que conseguiram chegar a essa condição com os rendimentos da avicultura e que, em determinado momento, puderam optar por retirar-se da atividade, buscando melhor custo de oportunidade para sua força de trabalho. Não obstante, em alguns casos o fator limitante para seguir na atividade foi a falta de mão-de-obra, devido principalmente pela saída dos filhos do meio rural e o envelhecimento dos pais.

Evidencia-se que mesmo entre os avicultores mais capitalizados há um profundo questionamento por parte dos mais jovens quanto a possibilidade de sua reprodução nas estruturas sociais em que estão inseridos, fazendo com que busquem novos horizontes para além da paisagem rural.

O processo de esvaziamento das comunidades rurais iniciado pelos migrantes agricultores descapitalizados é seguido agora pelos filhos dos “colonos fortes”. Essa fragilização do tecido social das comunidades rurais retrata a dilapidação do capital social acumulado nas gerações anteriores, como resultado contraditório do próprio processo histórico de seu desenvolvimento baseado na integração com as agroindústrias.

O uso (e dependência) de mão-de-obra externa a família faz parte da nova realidade dos avicultores. Parece haver uma tendência de profissionalização da agricultura familiar ligada a avicultura, com uso de força de trabalho contratada. Entre os avicultores familiares profissionais é recorrente a contratação de outros agricultores familiares, num sistema de

parceria. Embora este sistema esteja sendo questionado por aqueles que são os explorados na relação, deverá manter-se no curto e médio prazo. Percebe-se um processo de exploração de agricultores familiares por outros agricultores familiares, num claro processo de diferenciação social interna a categoria.

Uma das conclusões centrais desse trabalho é que a avicultura será conduzida por aqueles agricultores familiares que tiverem gestão profissionalizada da atividade, lançando mão de outras fontes de renda, a princípio agrícolas, principalmente a integração na cadeia do leite, que tem forte crescimento na região. Essa já é uma realidade para muitos avicultores, e ao que tudo indica, a emergência de uma nova cadeia produtiva, a do leite, servirá para a reterritorialização da atividade avícola na região Oeste de Santa Catarina.

Entre os avicultores empresariais a tendência é de emprego maior de assalariados rurais. Os rendimentos mais baixos exigem ganhos em escala, e por isso, a remuneração para as famílias “parceiras” que cuidam dos aviários torna-se insuficiente, sendo necessário o assalariamento. Nesses casos, poderá haver maior automatização dos aviários, para que poucas pessoas possam trabalhar com grande escala de produção, o que em outras palavras significa um maior número de aviários.

O aumento na concentração de aviários por propriedade não significa necessariamente uma grande expansão da atividade na região. A princípio, o que se poderia afirmar é que está ocorrendo um rearranjo da cadeia produtiva, onde os agricultores familiares integrados menos capitalizados e com deficiências no sistema organizacional e de gestão, saem da atividade, passando a responsabilidade da produção para outros melhor organizados: os avicultores familiares profissionalizados e os avicultores empresariais.

Havendo mudanças no mundo rural haverá, conseqüentemente, perturbações no conjunto das relações sociais estabelecidas entre os agricultores familiares e os demais atores no território. Isso significa que o padrão de integração entre agricultura familiar e

agroindústria vive um momento de transição onde o caminho a ser seguido não está dado, sendo condicionado pelas opções daqueles que detêm maior poder no campo dos embates sociais, quais sejam, o Estado e as agroindústrias.

O momento vivido pela integração agroindustrial na avicultura é de mudanças, e isso implica no uso de alguns atributos territoriais criados historicamente na região. Especificamente entre os avicultores a situação constatada induz a questionamentos quanto a manutenção do estado das coisas. Os elementos sociais e ambientais da crise que assola o setor alerta para a necessidade de repensar o padrão de desenvolvimento.

O discurso reproduzido pela maioria dos avicultores aponta ainda, para um depósito de esperanças de seu sucesso nas agroindústrias, apesar das reclamações, pois “*com o aviário a renda é certa, é garantida*”, como relatou um dos entrevistados.

O capital social acumulado ao longo do tempo no território permite que novos atores sociais ocupem espaços de destaque, modificando a correlação de forças e propondo novos caminhos para a superação da crise. Surgem instituições engajadas na proposta de desenvolvimento regional, e, no que se refere a agricultura familiar, nos últimos anos tem se fortalecido algumas instituições representativas dessa categoria social, seja no âmbito político ou econômico organizacional. A formação dessa massa crítica ao longo do tempo não é sinônimo de desenvolvimento territorial. Os recursos latentes precisam ser acessados, caso contrário serão apenas recursos.

As conclusões deste trabalho seguem o alinhamento de muitos outros que o antecederam e que foram aqui apresentados, no sentido de que enquanto não houver políticas capazes de responder às demandas de re-ordenamento fundiário, educação e formação profissional diferenciadas, programas de melhorias das condições para se viver no espaço rural, políticas de reconversão produtiva com um uso mais racional dos recursos,

particularmente a água, o futuro dos territórios que sobre esta base se constituíram está seriamente comprometido.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo . Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992. 275 p

ABRAMOVAY, Ricardo ; SILVESTRO, Milton Luiz ; CORTINA, Nelson ; BALDISSERA, Ivan Tadeu ; FERRARI, Dilvan Luiz ; TESTA, Vilson Marcos . Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO/Epagri/FAO/INCRA, 1998. v. 1. 101 p.

ALBA, R. S. . Espaço Urbano - Os agentes da produção em Chapecó. 1. ed. Chapecó: Argos, 2002. v. 1. 184 p.

ALBA, Rosa Salete; SANTOS, Verenice Fátima S. dos. Chapecó no contexto da migração campo/cidade. Cadernos do CEOM, ano 16, número 15, Unochapecó, junho de 2002b. p. 311-338.

ANDION, Carolina. Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável em Santa Catarina. Tese de doutorado. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2007.

AURAS, M. . Guerra do Contestado - a organização da irmandade cabocla. 3a.. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. 204 p.

AVISITE – [http:// www.avisite.com.br/noticias/default.asp?codnoticia=8398](http://www.avisite.com.br/noticias/default.asp?codnoticia=8398) Acesso em 20 de outubro de 2007.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2005.

BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em história/Unicamp, Campinas, maio de 1985.

BITTENCOURT, Gilson Alceu; BIANCHINI, Valter. A agricultura familiar na região sul do Brasil. Quilombo - Santa Catarina: um estudo de caso, janeiro de 1996.

BRUMER, Anita; et alli. Como será o campo amanhã? A situação dos jovens rurais do oeste catarinense, numa perspectiva de gênero. Relatório de pesquisa. UFRGS, julho de 2007

CARFANTAN, J.Y. Le poulet-voyageur. Dynamique et prospective de la filiere poulet bresilienne. Relatório de Pesquisa. WP1. Projeto Aviter, 2008

CARRIÈRE Jean Paul;. CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de

desenvolvimento territorial. Revista Eisforia, Florianópolis. 2006. p. 225-247

CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. Eisforia (UFSC), v. 4, p. 225-247, 2006.

CHAMPAGNE, Patrick. A reprodução da identidade. s/d. Tradução. Milton Silvestro. Epagri. Não publicado.

FERNADES FILHO, J.F. Transformações recentes no modelo de integração na avicultura de corte brasileira: explicações e impactos. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.35, nº1, jan-mar. 2004

FERRO, Jolcemar. Influencia da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural: um estudo de caso no município de Concordia; SC. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina 2006.

FLORES, Murilo Xavier. Desarrollo territorial, exclusión e inclusión social – El caso Del Vale dos Vinhedos em Brasil. ANAIS: III Congresso Internacional de La red SIAL alimentación y territorios. España, 2006.

FLORES, Murilo Xavier. Da solidariedade social ao individualismo: um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

GUIVANT, Julia; MIRANDA, Claudio. As duas caras de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental. Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), Brasília, v. 16, n. 3, p. 85-128, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. www.ibge.gov.br , 2000 e 2008

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA-ICEPA. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina: 2004-2005. Florianópolis, 2005.
JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. Versão digital.
http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=capa_online

LAMARCHE, H. (Coord.) A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LUZ, André Luis da, A instalação do Frigorífico Aurora e sua influência no desenvolvimento econômico de Quilombo- SC. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. Unochapecó, Chapecó, novembro 2002.

MALASSIS, LOUIS. A longa marcha dos camponeses franceses. Editora: Via Lettera, Florianópolis, 2003

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: Sociologia da Juventude – para uma sociologia diferencial, vol. I, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARQUES, Juliana Di Cesare Margini; SOUZA, Carlos Leite de. Clusters como instrumento estratégico de regeneração urbana sustentável. Cad. de Pós-Graduação em Arquit. e Urb. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 59-72, 2004.

MAZZALI, Leonel. O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 2000, 175p.

MIOR, Luiz Carlos. A agricultura familiar, agroindústria e território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/ UFSC, Florianópolis, 2003.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Chapecó: Argos, 2005.

MUCHNIK, J; SAUTIER, D. Systèmes Agro-alimentaire Localisés et Construction de Territoires. ATP CIRAD, 1998.

PALHARES, Julio Cesar Pascale. Novo desafio para avicultura: a inserção das questões ambientais nos modelos produtivos brasileiros. Avicultura Industrial, São Paulo, p. 14 - 20, 09 set. 2005.

PAULILO, Maria Ignez S. Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos. Florianópolis. Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PROJETO REDE GUARANI SERRA GERAL. <http://www.rgsg.org.br/> Acesso em 25 de abril de 2009

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2.ed.rev. Chapecó: Argos, 2006.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da. Reflexões sobre o modo de gestão em sistemas de produção agrícola familiares - um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil, 1994

SILVESTRO, Milton Luiz ; ABRAMOVAY, Ricardo ; MELLO, Márcio Antônio de ; DORIGON, Clovis ; BALDISSERA, Ivan Tadeu . Os Impasses sociais da sucessão hereditária na Agricultura Familiar. 1. ed. Florianópolis/ Brasília: Epagri/Ministério do desenvolvimento Agrário, 2001. v. 1. 120 p.

SORJ, Bernardo ; POMPERMAYER, M. J. ; CORADINI, O. L. . Camponeses e Agroindústria-Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. v. 2000. 119 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

VEIGA, J. E. . Cidades imaginárias. 2a. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. v. 1. 198 p.

WEISHEIMER, Nilson. Jovens agricultores e seus projetos profissionais. In: XXV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA ALAS, 2005, Porto Alegre. XXV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA ALAS,, 2005.

ANEXOS

Anexo A – Roteiro para as entrevistas semi-estruturadas

Entrevistas com avicultores (nas propriedades)

a) a percepção dos recursos naturais, as técnicas de manejo e os impactos ao meio natural

- tem rio na propriedade?
- percebe mudanças no rio?
- qual o destino dado aos dejetos? Sempre foi assim? Se houve mudança, de quem foi a iniciativa? Houve acompanhamento?
- percebe mudanças na paisagem?
- qual destino dado aos animais mortos?
- teve que adequar-se ao TAC (termo de ajuste de conduta)?
- alguma vez foi multado pelos órgãos ambientais? Por qual motivo?

b) aspectos relacionados ao trabalho

- exerce alguma outra atividade além da avicultura?
- quando e como entrou na atividade? Houve procura da empresa?
- qual o tempo de trabalho diário dispensado para o manejo dos aviários? (aqui deve ser relativizado o tempo em função dos diferentes estágios de vida do lote de frangos)
- teve algum acidente de trabalho? Se positivo, como foi tratado?
- como são divididas as tarefas entre os membros da família?
- quais são as atividades mais difíceis no manejo do aviário?
- a renda da família é única ou existe pagamento diferenciado para cada membro da família?
- contrata mão de obra? Quanto? Como remunera os empregados (salários, percentagem???)?

c) relações comunitárias

- percebe mudanças na comunidade após a entrada da avicultura?
- percebe mudança na sua participação na comunidade após o início das atividades com a avicultura?
- a comunidade está melhor ou pior do que a 5, 10 ou 20 anos atrás?
- a comunidade consegue ter suas reivindicações atendidas junto ao poder público?

d) relação com a empresa integradora

- como é a relação com a empresa?
- o rendimento dos lotes é satisfatório?
- quais são as principais cobranças da empresa?
- o que poderia melhorar?
- em épocas de crise de preço internacional do produto, qual a postura da empresa?

e) perspectiva dos jovens em relação a atividade

- há quanto tempo trabalha na atividade?
- quais as funções desempenha?
- sente-se bem na atividade?
- quais são os planos para o futuro em relação à avicultura?

Anexo B: Balanço econômico da cadeia avícola de uma empresa

Composantes de coût du poulet vif*	En reais par poulet	
	Main d'oeuvre familiale	Main d'oeuvre salariée
Charges assumées par l'intégré		
1. Coûts fixes.		
1.1 - Amortissement des batiments	0,0620	0,0620
1.2- Amortissement des équipements	0,0270	0,0270
1.3 - Rémunération du capital immobilisé	0,0530	0,0530
1.4 - Remboursement emprunts + intérêts	0,0843	0,0843
1.5 - Funrural	0,0069	0,0069
1.6- Main d'oeuvre permanente		0,0600
Total des coûts fixes assumés par l'intégré	0,2332	0,2932
2. Coûts variables.		
2.1 - litière	0,0350	0,0350
2.2 - Chauffage	0,0116	0,0116
2.3 - Energie électrique	0,0190	0,0190
2.4 - Eau	0,0030	0,0030
2.5 - Main d'oeuvre réception/enlèvement	0,0300	0,0300
2.6 - Entretien des installations	0,0093	0,0093
2.7 - Assurances	0,0020	0,0020
Total des coûts variables intégré	0,1099	0,1099
(1 + 2) Total Coût pour l'intégré	0,3431	0,4031
Charges assumées par l'intégrateur		
3. Coûts fixes		
3.1- Rémunération des intégrés	0,3000	
3.2- Indemnisation des coopératives locales	0,0120	
3.2 - Rémunération des capitaux circulants intégrateur	0,0180	
Total des coûts fixes intégrateur	0,3300	
4. Coûts variables.		
4.1 - Poussins	0,4800	
4.2 - Aliments	2,1220	
4.3 - Produits vétérinaires	0,0080	
4.4 - Transports	0,0760	
4.5 - Assistance technique aux éleveurs	0,0150	
Total des coûts variables intégrateur	2,7010	
(3 + 4) Coût total du poulet vif pour l'intégrateur	3,0310	
Coût total par kilo de poulet vif rendu usine	1,2630	
Coût de production par kilo en dollars (2006)	0,5825	

* Références : Poids moyen du poulet fini = 2,40 KG; Conversion alimentaire = 1,85

Fonte: Carfantan, 2008

Anexo C: Principais características e diferenças entre os modelos de integração praticados no Brasil

Modelo tradicional de integração	Novo modelo de integração	Principais diferenças
<ul style="list-style-type: none"> . presença de uma gama enorme de pequenos produtores integrados; . exigência, pela integradora, de uso de mão-de-obra familiar no processo produtivo integrado; . produtores integrados preocupados com a geração de emprego para os membros da própria família (fonte de renda); . presença de grande número de contratos de produção (em grande parte, informal, verbal.); . exigência da integradora de que os produtores tivessem um sistema de produção diversificado . o que contribuía para que houvesse maior oferta regional de matérias-primas a serem utilizadas na produção de ração para a engorda das aves, e para reduzir a dependência da renda advinda da integração; . dependência de assistência técnica da integradora; . alta dependência financeira e tecnológica dos integrados em relação às empresas integradoras; . baixa capacidade de alojamento dos aviários; . frágil capacidade de organização e representação dos produtores integrados; . baixo nível de automação nos aviários; e . elevada heterogeneidade tecnológica. 	<ul style="list-style-type: none"> . alto nível de automação dos aviários; . alto nível de homogeneidade tecnológica dos aviários; . alto volume de aves confinadas por aviário/produtor integrado; . redução significativa no número de produtores integrados para cada planta industrial e, portanto, do número de contratos estabelecidos pela firma agroindustrial integradora; . produtores integrados de tipo médio ou grande (em termos de valor do patrimônio, quase sempre em terras), decorrente da exigência de que os integrados tenham maior capacidade de alavancagem de financiamento em função do aumento significativo nos custos de instalação de novos aviários (seja pela maior automação, seja pela ampliação no tamanho do aviário); . produtores mais bem informados sobre o mercado; . produtores que têm como um dos principais objetivos integrar a atividade avícola com as atividades tradicionalmente desenvolvidas (cama de frango e de peru para alimentar o gado . ao tipo de produtor integrado; . aos objetivos perseguidos com a integração; . ao grau de heterogeneidade da base técnica de produção; . ao número de produtores integrados por estabelecimento agroindustrial e, portanto, ao número de contratos; . ao número de aves confinadas por produtor; . ao nível de automação dos aviários; . ao uso de mão-de-obra assalariada; e . às exigências mínimas de aporte de capital para se tornar integrado.e ou adubar as pastagens e culturas diversas); . uso predominante de mão-de-obra assalariada nos aviários (produtor não tem como objetivo a geração de emprego para membros da família); e . re-especialização das agroindústrias integradoras em função da necessidade de se localizar em regiões que tenham características fatores como concentração de um número significativo de produtores com maior capacidade de alavancagem de financiamento e que queiram se integrar, concessão de benefícios (incentivos) fiscais necessários para a redução do risco de possíveis perdas financeiras com o investimento, e oferta abundante de matérias-primas (milho e soja), de forma a ter acesso às mesmas em condições favorecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> . tipo de produtor integrado; . objetivos perseguidos com a integração; . grau de heterogeneidade da base técnica de produção; . número de produtores integrados por estabelecimento agroindustrial e, portanto, o número de contratos; . número de aves confinadas por produtor; . nível de automação dos aviários; . uso de mão-de-obra assalariada; e . exigências mínimas de aporte de capital para se tornar integrado.

FERNADES FILHO, J.F. Transformações recentes no modelo de integração na avicultura de corte brasileira: explicações e impactos. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.35, nº1, jan-mar. 2004